Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

CNPJ nº 06.164.253/0001-87

ERRATA

Na publicação das Demonstrações Financeiras da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., publicada no Valor Econômico em 20/02/2016, no quadro "Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário", considerar o texto abaixo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Constantino de Oliveira Junior - Presidente do Conselho de Administração; **Joaquim Constantino Neto -** Vice-Presidente do Conselho; **Ricardo Constantino -** Conselheiro; **William Charles Carroll** - Conselheiro; **Antônio Kandir** - Conselheiro Independente; **Germán Pasquale Quiroga Vilardo -** Conselheiro Independente; **André Béla Jánszky -** Conselheiro Independente; **Anna Luiza Serwy Constantino** - Conselheira; **Francis James Leahy Meaney** - Conselheiro Independente.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO: André Béla Jánszky - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário: **Antônio Kandir -** Membro do Comitê de Auditoria Estatutário: **Francis James Leahy Meaney -** Membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

CNPJ nº 06.164.253/0001-87

www.voegol.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Como previsto anteriormente, as taxas de ocupação da GOL no verão brasileiro mantiveram-se altas e o yield subiu como resultado da reestruturação da malha e da frota da GOL, concluída durante o ano para ajustar a capacidade à contração da economia brasileira. A GOL respondeu ao ambiente mais fraco, com melhoria contínua da experiência do cliente e redução de custos. No quarto trimestre de 2016, a GOL aprimorou seu serviço de alta qualidade e alcançou uma receita líquida de R$2,7 bilhões e continuou a racionalizar as operações. Embora tenha havido uma redução de 17% do número de assentos disponíveis para venda, a receita líquida do ano de 2016 bateu recorde, chegando a R$ 10 bilhões, um resultado possível graças a reestruturação da malha aérea realizada em maio de 2016. De acordo com a ANAC, em 2016 a GOL foi companhia aérea líder no mercado doméstico brasileiro, com uma participação de mercado de 36% dos RPKs (demanda de passageiro por quilômetro). De acordo com ABRACORP - Associação Brasileira de Agências de Viagens, a GOL foi a líder de mercado em número de bilhetes emitidos e vendidos para clientes corporativos. A GOL consolidou a sua posição como a companhia aérea número 1 no Brasil. A dedicação e o trabalho da equipe de colaboradores da GOL contribuíram para gerar melhorias nos resultados operacionais do quarto trimestre. A GOL tem orgulho de ser a companhia de menor custo do Brasil pelo 16º ano consecutivo, baseado em uma única frota padronizada, gerando menores custos com tripulação, gestão inteligente das peças sobressalentes e manutenção "best in class", operações enxutas e produtivas, exposição reduzida a custos fixos. O pedido da Companhia de novos B-737 MAX 8s e os investimentos em tecnologia vão preservar essa liderança de custo. A empresa está dedicada em oferecer a melhor experiência de voo aos seus clientes. A GOL foi a companhia aérea mais pontual em 2016 no mercado brasileiro, com o índice de 84,6%, de acordo com dados da OAG (*Official Airline Guide*), empresa especializada e independente que monitorou mais de 54 milhões de voos em todo o mundo. Pelo quarto ano consecutivo, a GOL manteve a liderança em pontualidade, com o índice de 94,8% dos voos decolando no horário previsto, de acordo com os dados da Infraero e concessionárias de aeroportos, que considera atrasos na partida superiores a 30 minutos. A Companhia registrou um lucro operacional (EBIT) de R$198 milhões no 4T16, com uma margem operacional de 7,4%. No 4T16, a GOL aumentou as taxas de utilização de aeronaves e, ao mesmo tempo, manteve o menor custo do mercado. O número de passageiros transportados no 4T16 teve uma queda de 15,4% em relação ao 4T15. A taxa de ocupação da GOL aumentou 2,2 pontos percentuais, chegando a 77,6%, devido à maturidade da nova malha aérea, lançada em maio de 2016, que refletiu na redução de 19,0% na disponibilidade de assentos no período. A utilização das aeronaves ficou em 11,7 horas-trilho por dia (aumento de 5,7% em relação ao 4T15). Os custos operacionais por ASK, excluindo as despesas com combustível e não-operacionais, diminuíram cerca de 6,8%, chegando a 13,97 centavos (R$). Os custos com combustíveis por assento-quilômetro disponível (ASK) diminuíram 17,3%, passando para 5,75 centavos (R$). A redução de custos por ASK foi impulsionada pelas menores despesas de arrendamento de aeronaves, devido à reestruturação da frota. A liderança absoluta de custos é a chave para a proposta de valor da GOL e permitiu que a GOL oferecesse as melhores tarifas e serviços no mercado, mesmo no ambiente desafiador da indústria. A Companhia registrou um lucro operacional (EBIT) no ano de R$697 milhões, com margem EBIT de 7,1%. No 4T16, o EBIT foi de R$198 milhões com margem EBIT de 7,4% frente a negativos 3,6% do 4T15. Em termos de perspectivas para o futuro, além de manter altos níveis de produtividade e rentabilidade, os resultados de curto prazo serão impulsionados pela manutenção da disciplina de capacidade. A GOL permanece comprometida com sua estratégia de crescimento rentável com base em uma estrutura de baixo custo e atendimento de alta qualidade para o cliente. A GOL tem orgulhoso de que quase 400 milhões de passageiros a tenham escolhido para voar e continua se esforçando ao máximo para oferecer aos clientes o melhor em transporte aéreo: aeronaves novas, voos frequentes nos principais mercados, um sistema de rotas integrada e baixas tarifas. Tudo isso se torna possível graças a dedicada equipe de colaboradores, que são a chave para o sucesso da GOL. Com foco no seu modelo de negócios de baixo custo, enquanto continua a crescer, inovar e oferecer tarifas baixas, a GOL vai criar valor para seus clientes, colaboradores e acionistas.

Indicadores Operacionais e Financeiros

Dados de tráfego - GOL	4T16	4T15	% Var.	2016	2015	% Var.
RPK GOL - Total	**9.161**	9.440	-3,0%	**35.928**	38.410	-6,5%
RPK GOL - Dom.	**8.230**	8.415	-2,2%	**32.031**	33.901	-5,5%
RPK GOL - Int.	**931**	1.025	-9,1%	**3.897**	4.509	-13,6%
ASK GOL - Total	**11.800**	12.518	-5,7%	**46.329**	49.742	-6,9%
ASK GOL - Dom.	**10.568**	11.071	-4,5%	**41.104**	43.447	-5,4%
ASK GOL - Int.	**1.232**	1.447	-14,9%	**5.226**	6.295	-17,0%
Taxa de Ocupação GOL - Total	**77,6%**	75,4%	2,2 p.p.	**77,5%**	77,2%	0,3 p.p
Taxa de Ocupação GOL - Dom.	**77,9%**	76,0%	1,9 p.p	**77,9%**	78,0%	-0,1 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Int.	**75,6%**	70,8%	4,8 p.p	**74,6%**	71,6%	2,9 p.p
Dados operacionais	**4T16**	**4T15**	**% Var.**	**2016**	**2015**	**% Var.**
Tarifa Média (R$)	**289,0**	242,7	19,0%	**265,2**	220,7	20,1%
Passageiros pagantes - Pax transp. ('000)	**8.106,1**	9.583,5	-15,4%	**32.622,8**	38.867,9	-16,1%
Média Utilização de Aeronaves (Horas/Dia)	**11,7**	11,1	5,7%	**11,2**	11,3	-1,0%
Decolagens	**63.860**	79.377	-19,5%	**261.514**	315.902	-17,2%
Distância Média de Voo (km)	**1.084**	933	16,2%	**1.043**	933	11,7%
Litros Consumidos no Período (mm)	**350**	391	-10,7%	**1.391**	1.551	-10,3%
Funcionários (no final do período)	**15.261**	16.472	-7,4%	**15.261**	16.472	-7,4%
Frota Média Operacional	**112**	132	-14,9%	**117**	129	-9,1%
Pontualidade	**94,0%**	95,1%	-1,1 p.p	**94,8%**	95,4%	-0,6 p.p
Finalização do Voo	**98,3%**	90,9%	7,4 p.p	**94,2%**	91,9%	2,3 p.p
Reclamações de Passageiros (por 1000 pax)	**1,7329**	1,7061	1,6%	**1,9960**	2,0379	-3,5%
Perda de Bagagem (por 1000 pax)	**2,15**	2,13	0,9%	**2,23**	2,64	-15,5%
Dados financeiros	**4T16**	**4T15**	**% Var.**	**2016**	**2015**	**% Var.**
YIELD Líquido (R$ centavos)	**25,57**	24,64	3,8%	**24,14**	22,35	8,0%
PRASK Líquido (R$ centavos)	**19,85**	18,58	6,8%	**18,72**	17,26	8,5%
RASK Líquido (R$ centavos)	**22,58**	21,19	6,6%	**21,30**	19,66	8,3%
CASK (R$ centavos)	**20,93**	21,94	-4,6%	**19,79**	20,02	-1,1%
CASK ex-combustível (R$ centavos)	**15,17**	14,99	1,2%	**13,97**	13,38	4,4%
CASK (R$ centavos) ajustado4	**19,73**	21,94	-10,1%	**19,74**	20,02	-1,4%
CASK ex-combustível (R$ centavos) ajustado4	**13,97**	14,99	-6,8%	**13,92**	13,38	4,0%
Breakeven da Taxa de Ocupação	**72,0%**	78,1%	-6,1 p.p	**72,1%**	78,6%	-6,5 p.p
Taxa de Câmbio Média [1]	**3,2953**	3,8441	-14,3%	**3,4878**	3,3313	4,7%
Taxa de Câmbio no fim do período [1]	**3,2591**	3,9048	-16,5%	**3,2591**	3,9048	-16,5%
WTI (méd. por barril, US$) [2]	**49,3**	42,2	16,9%	**43,4**	48,8	-11,1%
Preço por litro de Combustível (R$) [3]	**1,94**	2,22	-12,7%	**1,94**	2,13	-8,7%
Custo Comb. Golfo do México (média por litro, US$)[2]	**0,38**	0,34	11,3%	**0,33**	0,40	-18,6%

1. Fonte: Banco Central; 2. Fonte: Bloomberg; 3. Despesas com combustível/litros consumidos; 4. Excluindo resultados não recorrentes com o retorno de aeronaves em arrendamento financeiro e operações de sale-leaseback; 5.Os dados operacionais de tráfego de 2015 foram atualizados conforme informação obtida no site da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) *Alguns valores do relatório podem não bater devido à arredondamentos.

Mercado doméstico - GOL

A capacidade no mercado doméstico reduziu 4,5% no trimestre e 5,4% no acumulado do ano, reflexo do início dos ajustes ocorridos na malha em maio de 2016. A demanda doméstica recuou 2,2% no 4T16 e 5,5% em 2016, levando a taxa de ocupação a 77,9%, um aumento de 1,9 p.p. em comparação ao 4T15, e uma redução de 0,1 p.p. em comparação a 2015. A GOL transportou no mercado doméstico 7,7 milhões de passageiros no trimestre e 30,7 milhões no ano, o que representa uma queda de 15,8% e 16,4%, respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2015. A Companhia é a aérea líder em transporte de passageiros no mercado doméstico brasileiro de aviação.

Mercado internacional - GOL

A oferta internacional da GOL teve uma redução de 14,9% no trimestre e de 17,0% em 2016, em comparação a 2015. A demanda internacional apresentou um recuo de 9,1% entre outubro e dezembro, registrando uma taxa de ocupação de 75,6%, e, no ano de 2016, uma retração de 13,6%, levando a taxa de ocupação internacional a 74,6%. Durante o trimestre, a GOL transportou 454,1 mil passageiros no mercado internacional, uma retração de 8,3% em comparação a 2015. No ano de 2016, a Companhia transportou 1.885,7 mil passageiros, um decréscimo de 10,2% em relação ao mesmo período de 2015.

Volume de decolagens e Total de assentos - GOL

O volume de decolagens no sistema total foi reduzido em 19,5% e 17,2% no quarto trimestre e no ano de 2016, respectivamente, em linha com a projeção divulgada para 2016 de aproximadamente 17% de redução. O total de assentos disponibilizados ao mercado recuou 19,0% no 4T16 e 16,9% no acumulado de janeiro a dezembro de 2016, resultado também em linha com a projeção divulgada para 2016 de aproximadamente 17% de redução.

PRASK, Yield e RASK

O PRASK líquido teve um crescimento de 6,8% e 8,5%, o RASK apresentou melhora de 6,6% e 8,3%, e o yield teve um aumento de 3,8% e 8,0% na comparação com o 4T15 e com o ano de 2015, respectivamente. Cabe ressaltar que o ASK reduziu 5,7% no trimestre e 6,9% no acumulado de janeiro a dezembro de 2016.

Frota operacional

Final	4T16	4T15	Var.	3T16	Var.
Boeing 737-NGs	**130**	**144**	***-14***	**135**	***-5***
737-800 NG	102	107	*-5*	102	*0*
737-700 NG	28	37	*-9*	33	*-5*
Abertura por tipo de arrendamento	**4T16**	**4T15**	**Var.**	**3T16**	**Var.**
Arrendamento financeiro (737-NG)	34	46	*-12*	34	*0*
Arrendamento operacional	96	98	*-2*	101	*-5*

Ao final de 2016, do total da frota de 130 aeronaves Boeing 737-NG, a GOL operava em suas rotas 121 aeronaves. Das nove aeronaves remanescentes, sete estavam em processo de devolução junto ao seus lessores e duas foram subarrendadas para outra companhia aérea. A GOL possui 96 aeronaves em regime de leasing operacional e 34 como leasing financeiro. Dessas, um total de 31 possuem opções para compra ao final do contrato. A idade média da frota foi de 8,0 anos no final do 4T16. Para manter a média nesse nível baixo, a Companhia possui 120 pedidos firmes para aquisição de aeronaves Boeing para renovação da frota até 2027. A próxima aeronave Boeing 737 é esperada para ser entregue à Companhia em julho de 2018.

Plano de frota

Plano de frota	2016	2017	2018	>2018	Total
Frota final de período	130	115	121		
Compromissos com aquisição de aeronaves* (R$ MM)	-	-	1.787,4	46.245,0	48.032,4
Adiantamento para aquisição de aeronaves (R$ MM)	-	286,8	483,5	5.954,2	6.724,5

* Considera o preço listado de aeronaves

Investimentos

O investimento líquido no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016 com efeito caixa foi de R$207,8 milhões, principalmente devido à capitalização de motores no período. Vide nota 14 das demonstrações financeiras para mais informações da movimentação do imobilizado.

Relacionamento com Auditores Independentes

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, a Companhia se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Embasado no Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 a Companhia adota como procedimento formal, para a contratação de outros serviços profissionais que não os de auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria. A Companhia informa que seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), não prestaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, serviços adicionais não relacionados à auditoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**57.378**	387.323	**562.207**	1.072.332
Aplicações financeiras	4	**49**	195.293	**431.233**	491.720
Caixa restrito	5	**-**	59.324	**-**	59.324
Contas a receber	6	**-**	-	**760.237**	462.620
Estoques	7	**-**	-	**182.588**	199.236
Impostos a recuperar	8.1	**9.289**	5.980	**27.287**	58.074
Direitos com operações de derivativos	27	**-**	-	**3.817**	1.766
Outros créditos		**64.770**	35.812	**113.345**	116.494
		131.486	683.732	**2.080.714**	2.461.566
Não circulante					
Depósitos	9	**38.760**	31.281	**1.188.992**	1.020.074
Caixa restrito	5	**32.656**	23.459	**168.769**	676.080
Impostos a recuperar	8.1	**17.286**	17.283	**72.060**	73.385
Impostos diferidos	8.2	**13.409**	7.952	**107.159**	107.788
Outros créditos		**-**	-	**4.713**	39.861
Créditos com empresas relacionadas	10	**1.873.350**	882.641	**-**	-
Investimentos	12	**281.758**	213.219	**17.222**	18.424
Imobilizado	14	**323.013**	982.819	**3.025.010**	4.256.614
Intangível	15	**-**	-	**1.739.716**	1.714.605
		2.580.232	2.158.654	**6.323.641**	7.906.831
Total		**2.711.718**	2.842.386	**8.404.355**	10.368.397

	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**277.219**	127.598	**835.290**	1.396.623
Fornecedores		**1.314**	6.873	**1.097.997**	900.682
Obrigações trabalhistas		**309**	384	**283.522**	250.635
Obrigações fiscais	17	**119**	302	**146.174**	118.957
Taxas e tarifas aeroportuárias		**-**	-	**239.566**	313.656
Transportes a executar	18	**-**	-	**1.185.945**	1.206.655
Programa de milhagem	19	**-**	-	**781.707**	770.416
Adiantamentos de clientes		**-**	-	**16.823**	13.459
Provisões	20	**-**	-	**66.502**	206.708
Obrigações com operações de derivativos	27	**-**	-	**89.211**	141.443
Outras obrigações		**2.252**	870	**106.005**	222.774
		281.213	136.027	**4.548.742**	5.542.008
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**2.984.495**	4.238.782	**5.543.930**	7.908.303
Provisões	20	**-**	-	**723.713**	663.565
Programa de milhagem	19	**-**	-	**219.325**	221.242
Impostos diferidos	8.2	**-**	-	**338.020**	245.355
Obrigações fiscais	17	**-**	-	**42.803**	39.054
Obrigações com empresas relacionadas	10	**21.818**	27.237	**-**	-
Provisão para perda em investimentos	12	**3.074.190**	2.986.802	**-**	-
Outras obrigações		**-**	-	**44.573**	71.310
		6.080.503	7.252.821	**6.912.364**	9.148.829
Patrimônio líquido negativo	21				
Capital social		**3.080.110**	3.080.110	**3.080.110**	3.080.110
Custo com emissão de ações		**(42.290)**	(41.895)	**(155.618)**	(155.223)
Ações em tesouraria		**(13.371)**	(22.699)	**(13.371)**	(22.699)
Reserva de capital		**91.399**	98.861	**91.399**	98.861
Ajustes de avaliação patrimonial		**(147.229)**	(178.939)	**(147.229)**	(178.939)
Remuneração baseada em ações	11	**113.918**	103.126	**113.918**	103.126
Efeitos em alteração de participação societária		**693.251**	690.379	**693.251**	690.379
Prejuízos acumulados		**(7.425.786)**	(8.275.405)	**(7.312.458)**	(8.162.077)
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores		**(3.649.998)**	(4.546.462)	**(3.649.998)**	(4.546.462)
Participação de acionistas não controladores da Smiles		**-**	-	**293.247**	224.022
Total patrimônio líquido negativo		**(3.649.998)**	(4.546.462)	**(3.356.751)**	(4.322.440)
Total		**2.711.718**	2.842.386	**8.404.355**	10.368.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$, exceto resultado básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Receita líquida					
Transporte de passageiros		**-**	-	**8.671.442**	8.583.388
Transporte de cargas e outros		**-**	-	**1.195.893**	1.194.619
	22	**-**	-	**9.867.335**	9.778.007
Custo dos serviços prestados	23	**-**	-	**(7.558.122)**	(8.260.357)
Lucro bruto		**-**	-	**2.309.213**	1.517.650
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	23	**-**	-	**(1.004.476)**	(1.041.041)
Despesas administrativas	23	**(7.276)**	(15.044)	**(709.460)**	(682.140)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	**219.434**	25.695	**102.548**	25.695
		212.158	10.651	**(1.611.388)**	(1.697.486)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**(18.955)**	(3.321.762)	**(1.280)**	(3.941)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		**193.203**	(3.311.111)	**696.545**	(183.777)
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		**384.650**	26.212	**568.504**	332.567
Despesas financeiras		**(363.016)**	(291.082)	**(1.271.564)**	(1.328.891)
Variação cambial, líquida		**629.325**	(813.782)	**1.367.937**	(2.266.999)
		650.959	(1.078.652)	**664.877**	(3.263.323)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**844.162**	(4.389.763)	**1.361.422**	(3.447.100)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		**-**	(11.031)	**(257.944)**	(196.140)
Diferido		**5.457**	(60.089)	**(1.114)**	(648.000)
	8	**5.457**	(71.120)	**(259.058)**	(844.140)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício antes da participação de não controladores		**849.619**	(4.460.883)	**1.102.364**	(4.291.240)
Resultado atribuído aos acionistas controladores		**849.619**	(4.460.883)	**849.619**	(4.460.883)
Resultado atribuído aos acionistas Controladores da Smiles		**-**	-	**252.745**	169.643
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	13	**0,070**	(0,422)	**0,070**	(0,422)
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial	13	**2,455**	(14,764)	**2,455**	(14,764)
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária	13	**0,070**	(0,422)	**0,070**	(0,422)
Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial	13	**2,450**	(14,765)	**2,450**	(14,764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**849.619**	(4.460.883)	**1.102.364**	(4.291.240)
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado	27				
Hedge de fluxo de caixa		**123.889**	(60.949)	**123.889**	(60.949)
Efeito fiscal		**(92.179)**	20.723	**(92.179)**	20.723
		31.710	(40.226)	**31.710**	(40.226)
Total dos resultados abrangentes do exercício		**881.329**	(4.501.109)	**1.134.074**	(4.331.466)
Resultados abrangentes atribuídos aos:					
Acionistas controladores		**881.329**	(4.501.109)	**881.329**	(4.501.109)
Acionistas não controladores da Smiles		**-**	-	**252.745**	169.643

A movimentação da conta de ajustes de avaliação patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são conforme seguem:

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado *Hedge* de fluxo de caixa	Efeito fiscal (*)	Total dos outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**(271.118)**	**92.179**	**(178.939)**
Perdas realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado	27	**128.731**	**(92.179)**	**36.552**
Variação no valor justo		**(4.842)**	**-**	**(4.842)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**(147.229)**	**-**	**(147.229)**

(*) Os valores referentes aos créditos tributários diferidos foram integralmente revertidos conforme nota explicativa 8.2

	Controladora e Consolidado *Hedge* de fluxo de caixa	Efeito fiscal	Total dos outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(210.170)	71.457	(138.713)
Perdas realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado	66.253	(22.526)	43.727
Variação no valor justo	(127.201)	43.248	(83.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(271.118)	92.179	(178.939)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**849.619**	(4.460.883)	**1.102.364**	(4.291.240)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado				
Depreciação e amortização	**-**	-	**447.668**	419.691
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**9.806**	39.287
Provisão para processos judiciais	**-**	-	**189.244**	44.460
Provisão (reversão) para obsolescência de estoque	**-**	-	**-**	(414)
Impostos diferidos	**(5.457)**	60.089	**1.114**	648.000
Equivalência patrimonial	**18.955**	3.321.762	**1.280**	3.941
Remuneração baseada em ações	**775**	3.992	**13.524**	14.352
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**(463.800)**	133.681	**(1.149.616)**	1.723.441
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	**239.368**	247.024	**682.188**	600.410
Resultados não realizados de derivativos	**-**	-	**82.990**	18.475
Provisão para participação nos resultados	**-**	-	**56.238**	10.633
Baixa de imobilizado e intangível	**104.287**	-	**181.308**	25.069
Perdas incorridas em aumento de capital de subsidiaria	**-**	-	**1.368**	-
Outras provisões	**-**	-	**16.232**	-
Efeito de recompra de títulos	**(286.799)**	-	**(286.799)**	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**456.948**	(694.335)	**1.348.909**	(743.895)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	**-**	-	**(307.574)**	(149.623)
Aplicações financeiras	**179.077**	658.506	**83.062**	309.749
Estoques	**-**	-	**16.648**	(60.140)
Depósitos	**(7.479)**	(4.575)	**(323.641)**	21.077
Fornecedores	**(5.559)**	6.436	**204.184**	210.474
Transportes a executar	**-**	-	**(20.710)**	105.044
Programa de milhagem	**-**	-	**9.374**	211.940
Adiantamento de clientes	**-**	-	**3.364**	10.263
Obrigações trabalhistas	**(75)**	(135)	**(23.351)**	(15.438)
Taxas e tarifas aeroportuárias	**-**	-	**(74.090)**	(1.492)
Obrigações fiscais	**(183)**	8.600	**257.464**	233.930
Direitos (obrigações) com operações de derivativos	**-**	-	**(13.384)**	(6.267)
Provisões	**-**	-	**(253.643)**	(61.386)
Outras créditos (obrigações)	**29.871**	11.520	**(94.774)**	98.625
Juros pagos	**(325.397)**	(207.032)	**(606.405)**	(548.773)
Imposto de renda pago	**-**	(11.034)	**(226.500)**	(213.555)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**327.203**	(232.049)	**(21.067)**	(599.467)
Transações com partes relacionadas - ativo	**(1.160.978)**	(731.174)	**-**	-
Aplicações financeiras	**-**	-	**(45.651)**	(254.416)
Caixa restrito	**46.091**	(60.762)	**542.107**	(403.854)
Aumento de capital em coligada	**-**	-	**(3.439)**	-
Aumento de capital em subsidiária	**(191.587)**	(570.897)	**-**	-
Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	**555.519**	(121.132)	**536.444**	(167.646)
Imobilizado	**-**	-	**(409.709)**	(391.731)
Intangível	**-**	-	**(29.656)**	(42.812)
Recebimento de dividendos	**166.411**	161.189	**1.993**	1.302
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimentos	**(584.544)**	(1.322.776)	**592.089**	(1.259.157)
Captação de empréstimos	**-**	1.064.404	**-**	2.468.531
Custos incorridos em recompra de títulos	**(27.249)**	-	**(27.249)**	-
Pagamentos de empréstimos	**(50.298)**	-	**(520.519)**	(1.632.039)
Pagamentos de arrendamentos financeiros	-	-	**(342.791)**	(409.519)
Dividendos pagos a acionistas não controladores da Smiles	-	-	**(163.134)**	(119.256)
Juros sobre capital próprio pagos a acionistas não controladores da Smiles	-	-	**(8.695)**	(17.566)
Aumento de capital	-	461.311	**-**	461.311
Aumento de capital de acionistas não controladores da Smiles	**-**	-	**-**	3.737
Custo com emissão de ações	**(395)**	(5.009)	**(395)**	(5.009)
Transações com partes relacionadas	**(1.161)**	(155.876)	**-**	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(79.103)**	1.364.830	**(1.062.783)**	750.190
Variação cambial do caixa de subsidiárias no exterior	**6.499**	117.954	**(18.364)**	281.993
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(329.945)**	(72.041)	**(510.125)**	(826.441)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**387.323**	459.364	**1.072.332**	1.898.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**57.378**	387.323	**562.207**	1.072.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	-	-	**10.547.831**	10.383.999
Outras receitas operacionais	**299.177**	25.695	**336.933**	25.695
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**16.207**	33.448
	299.177	25.695	**10.900.971**	10.443.142
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	**(2.753.918)**	(3.373.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(84.198)**	(9.716)	**(3.105.132)**	(2.965.855)
Seguros de aeronaves	-	-	**(35.938)**	(29.791)
Comerciais e publicidade	**(215)**	(348)	**(572.388)**	(651.147)
Valor adicionado bruto	**214.764**	15.631	**4.433.595**	3.422.945
Depreciação e amortização	-	-	**(447.668)**	(419.691)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**214.764**	15.631	**3.985.927**	3.003.254
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	**(18.955)**	(3.321.762)	**(1.280)**	(3.941)
Receita financeira	**1.166.664**	445.273	**3.580.594**	3.707.628
Valor adicionado total a distribuir (distribuído)	**1.362.473**	(2.860.858)	**7.565.241**	6.706.941

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Distribuição do valor adicionado:				
Remuneração direta	**2.605**	5.087	**1.306.615**	1.259.919
Benefícios	-	-	**152.874**	159.288
FGTS	**(57)**	(143)	**102.676**	100.473
Pessoal	**2.548**	4.944	**1.562.165**	1.519.680
Federais	**(4.065)**	73.039	**916.170**	1.433.437
Estaduais	-	-	**36.171**	29.536
Municipais	-	-	**3.554**	1.746
Impostos, taxas e contribuições	**(4.065)**	73.039	**955.895**	1.464.719
Juros	**514.371**	1.522.042	**2.883.728**	6.754.984
Aluguéis	-	-	**1.059.007**	1.093.048
Outros	-	-	**2.082**	165.750
Remuneração de capitais de terceiros	**514.371**	1.522.042	**3.944.817**	8.013.782
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**849.619**	(4.460.883)	**849.619**	(4.460.883)
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	-	**252.745**	169.643
Remuneração de capitais próprios	**849.619**	(4.460.883)	**1.102.364**	(4.291.240)
Valor adicionado total a distribuir (distribuído)	**1.362.473**	(2.860.858)	**7.565.241**	6.706.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações a emitir	Custo na emissão de ações	Ações em tesouraria	Reservas de capital: Ágio na conferência de ações	Reservas de capital: Reserva especial de ágio de controlada	Ajustes de avaliação patrimonial: Resultado não realizado de *hedge*	Remuneração baseada em ações	Efeitos em alteração de participação societária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		2.618.748	51	(36.886)	(31.357)	32.387	70.979	(138.713)	93.763	687.163	(3.814.522)	(518.387)
Outros resultados abrangentes, líquidos		-	-	-	-	-	-	(40.226)	-	-	-	(40.226)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.460.883)	(4.460.883)
Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações		89	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	38
Aumento de capital		461.273	-	-	-	-	-	-	-	-	-	461.273
Custo com emissão de ações		-	-	(5.009)	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)
Opção de compra de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)
Efeitos em diluição de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	13.516	-	-	13.516
Transferência de ações restritas		-	-	-	8.658	(4.505)	-	-	(4.153)	3.216	-	3.216
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.080.110	-	(41.895)	(22.699)	27.882	70.979	(178.939)	103.126	690.379	(8.275.405)	(4.546.462)
Outros resultados abrangentes, líquidos		-	-	-	-	-	-	**31.710**	-	-	-	**31.710**
Custo com emissão de ações	21	-	-	**(395)**	-	-	-	-	-	-	-	**(395)**
Opção de compra de ações	21	-	-	-	-	-	-	-	**12.658**	-	-	**12.658**
Efeitos em diluição de participação societária	12	-	-	-	-	-	-	-	-	**2.872**	-	**2.872**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	**849.619**	**849.619**
Tranferência de ações restritas	11	-	-	-	**9.328**	**(7.462)**	-	-	**(1.866)**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**3.080.110**	**-**	**(42.290)**	**(13.371)**	**20.420**	**70.979**	**(147.229)**	**113.918**	**693.251**	**(7.425.786)**	**(3.649.998)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações a emitir	Custo na emissão de ações	Ações em tesouraria	Reservas de capital: Ágio na conferência de ações	Reservas de capital: Reserva especial de ágio de controlada	Ajustes de avaliação patrimonial: Resultado não realizado de *hedge*	Remuneração baseada em ações	Efeitos em alteração de participação societária	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		2.618.748	51	(150.214)	(31.357)	32.387	70.979	(138.713)	93.763	687.163	(3.701.194)	(518.387)	185.413	(332.974)
Outros resultados abrangentes, líquidos		-	-	-	-	-	-	(40.226)	-	-	-	(40.226)	-	(40.226)
Prejuízo liquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.460.883)	(4.460.883)	169.643	(4.291.240)
Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações		89	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	38	3.737	3.775
Aumento de capital		461.273	-	-	-	-	-	-	-	-	-	461.273	-	461.273
Custo com emissão de ações		-	-	(5.009)	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)	-	(5.009)
Opção de compra de ações		-	-	-	-	-	-	-	13.516	-	-	13.516	836	14.352
Efeitos em diluição de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	-	3.216	-	3.216	1.215	4.431
Transferência de ações restritas		-	-	-	8.658	(4.505)	-	-	(4.153)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.566)	(17.566)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.256)	(119.256)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.080.110	-	(155.223)	(22.699)	27.882	70.979	(178.939)	103.126	690.379	(8.162.077)	(4.546.462)	224.022	(4.322.440)
Outros resultados abrangentes, líquidos		-	-	-	-	-	-	**31.710**	-	-	-	**31.710**	-	**31.710**
Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**3.507**	**3.507**
Custo com emissão de ações	21	-	-	**(395)**	-	-	-	-	-	-	-	**(395)**	-	**(395)**
Opção de compra de ações	21	-	-	-	-	-	-	-	**12.658**	-	-	**12.658**	**413**	**13.071**
Efeitos em diluição de participação societária	12	-	-	-	-	-	-	-	-	**2.872**	-	**2.872**	**313**	**3.185**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	**849.619**	**849.619**	**252.745**	**1.102.364**
Tranferência de ações restritas	11	-	-	-	**9.328**	**(7.462)**	-	-	**(1.866)**	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(10.422)**	**(10.422)**
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(177.331)**	**(177.331)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**3.080.110**	**-**	**(155.618)**	**(13.371)**	**20.420**	**70.979**	**(147.229)**	**113.918**	**693.251**	**(7.312.458)**	**(3.649.998)**	**293.247**	**(3.356.751)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia" ou "GLAI") é uma Sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. A Companhia tem o controle direto da: (i) Gol Linhas Aéreas S.A. (atual "GLA", denominada "VRG Linhas Aéreas S.A." antes da mudança de razão social ocorrida em 22 de setembro de 2016) que explora essencialmente (a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social; e da (ii) Smiles S.A., que explora essencialmente (a) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; e (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes. Adicionalmente, a Companhia é a controladora direta das subsidiárias integrais GAC Inc. ("GAC"), Gol Finance Inc. ("Gol Finance"), Gol LuxCo S.A. ("Gol LuxCo"), Gol Dominicana Lineas Aereas SAS ("Gol Dominicana") e indireta da Webjet Participações S.A. ("Webjet"). A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - New York Stock Exchange ("NYSE"). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada ("IGC") e de Ações com Tag Along Diferenciado ("ITAG"), criados para diferenciar as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa. A GLA possui alta sensibilidade à volatilidade do dólar, dado que grande parte de seus custos são denominados em moeda norte-americana (aproximadamente 50%). Para superar os desafios enfrentados ao longo de 2016, a Companhia executou m plano para manutenção de sua liquidez e retomada de sua margem operacional. Este plano, executado durante o exercício de 2016, alcançou êxito mesmo em um cenário de adversidades, através das seguintes ações: (a) Execução de iniciativas de liquidez por meio de negociações realizadas com clientes e fornecedores estratégicos para a manutenção da solvência no curto prazo; (b) Alteração da malha aérea com o objetivo de focar nas rotas mais rentáveis da operação. (c) Readequação e redução da quantidade de aeronaves mantidas na operação, o que gerou redução de assentos disponíveis, proporcionando o alinhamento entre a oferta e demanda do mercado doméstico. Em 2016, a Companhia retirou da frota 19 aeronaves, contribuindo para a manutenção da estrutura de custos em patamares sustentáveis. (d) Readequação da estrutura de dívidas e leasing realizando a revisão dos valores dos contratos de arrendamento mercantil, o encerramento antecipado de contratos de aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro e operacional e, também, a oferta de troca de títulos de dívida, que em complemento ao impacto pela valorização do Real, resultaram em uma redução de aproximadamente R$ 2 bilhões no total da dívida bruta nominal. Como resultado, para o exercício findo em em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve em níveis seguros sua liquidez e capacidade de responder de forma eficaz aos eventos adversos provocados pela instabilidade do cenário econômico brasileiro. A Companhia estabeleceu diversas ações visando a readequação da capacidade quanto a liquidez de curto e longo prazo. A atuação diligente para ajustar o tamanho da frota ao crescimento econômico, a equiparação da oferta de assentos com a demanda, são algumas ações realizadas para a manutenção de altas taxas de ocupação. A Companhia continuará a estratégia sólida com iniciativas de liquidez tais como a readequação da malha aérea, iniciativas de diminuição de custos e readequação da estrutura de dívidas. Destaca-se que, mesmo em um cenário com perspectivas de melhora, a Companhia não descarta incertezas no cenário político e econômico no Brasil que podem impactar diretamente na expectativa na eficácia do retorno esperado. A Administração entende que o plano de negócio preparado, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2017 demonstra fortes elementos para a continuidade da operação. Em 21 de outubro de 2016, a Companhia divulgou que recebeu solicitações da Receita Federal no âmbito de uma fiscalização para prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre determinadas despesas realizadas em 2012 e 2013. Após o recebimento dessas solicitações, a Companhia iniciou uma investigação interna e contratou uma auditoria independente externa para a plena apuração e total elucidação dos fatos. Em decorrência desta fiscalização, em 12 de dezembro de 2016, a Companhia firmou um Termo de Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), no qual a Companhia se obriga, dentre outras coisas, a pagar multas e penalidades e, em contrapartida, o MPF se obriga a não propor ação criminal ou cível envolvendo atividades que são objeto do acordo que possam caracterizar atos de improbidade administrativa, entre outros. Não foram identificados indícios de que qualquer um dos empregados, prepostos e atuais administradores da Companhia tivessem participado da negociação de tais contratações, ou tivessem conhecimento sobre eventuais propósitos ilícitos, ou, ainda, tivessem conhecimento de que a Companhia tenha sido beneficiada de alguma forma ilícita por tais contratações. A auditoria independente externa continua em curso e a Companhia não tem conhecimento de impactos relacionados a esse assunto que possam acarretar possíveis reflexos em seus negócios.

2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de fevereiro de 2017. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Exceto pela controlada Gol Dominicana, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano, todas as outras entidades no grupo possuem o real como moeda funcional. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas é o real.

Critérios de consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas e coligadas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

					% de participação no capital social	
Entidade	**Data de constituição**	**Localidade**	**Principal Atividade**	**Tipo de controle**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Extensões (*):						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	**100,0**	100,0
Gol Finance	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	**100,0**	100,0
Gol LuxCo	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	**100,0**	100,0
Controladas:						
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	**100,0**	100,0
Webjet	01/08/2011	Brasil	Transporte aéreo	Indireto	**100,0**	100,0
Smiles	10/06/2012	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	**53,8**	54,1
Gol Dominicana	28/02/2013	República Dominicana	Não-operacional	Direto	**100,0**	100,0
Controlada em conjunto:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	**60,0**	60,0
Coligada:						
Netpoints	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	**25,4**	21,3

(*) São as entidades constituídas com um propósito específico de dar continuidade às operações da Companhia ou que, ainda, apresentam direitos e/ou obrigações constituídas apenas para satisfazer às necessidades da Companhia. Além disso, não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões. Tais entidades apresentam seus ativos e passivos consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras da Controladora. Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: a) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito: São classificados em equivalentes de caixa os fundos de investimento e títulos que tem liquidez imediata e, conforme análise, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito é composto principalmente por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras também incluem fundos de investimentos exclusivos, que são integralmente consolidados. b) Contas a receber: São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo. A provisão para devedores duvidosos é constituída para contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas por agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação do risco de recebimento. c) Estoques: Constituídos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição. Os custos são determinados pelo método do custeio médio e abrangem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para itens que não possuem expectativa de realização. d) Ativos e passivos financeiros: A Companhia mensura ativos e passivos financeiros com base nas categorias demonstradas abaixo. A mensuração subsequente de determinado item patrimonial depende da classificação do instrumento, sendo esta determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente pelas intenções da Companhia. Dentre os instrumentos consistem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas, além de contratos derivativos. **Mensurados ao custo amortizado:** com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais ativos que a Companhia possui nesta categoria são saldos de contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os arrendamentos financeiros) e fornecedores. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação:** os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito nesta categoria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mantidos para negociação. **Derivativos:** variações nos preços de combustível de aviação, nas taxas de juros e nas taxas de câmbio expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa ou como *hedge* de valor justo. • Não designados como *hedge accounting*: a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro. • Designados como *hedge* de fluxo de caixa: protegem as receitas ou despesas futuras das variações da taxa de juros. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do risco protegido. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes", até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge* na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido , e as variações inefetivas, no resultado do exercício conforme variação do valor justo do instrumento em "Resultado financeiro". Os impostos diferidos sobre as transações de hedge são contabilizadas em "outros resultados abrangentes" líquidos de impostos, somente quando há expectatita de realização dos créditos fiscais. 2016 - **Desreconhecimento e baixa:** a Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge,* ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. e) Depósitos: **Depósitos para manutenção de aeronaves e motores:** referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada, ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquido de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com na base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis. Alguns dos contratos preveem que, caso não ocorra eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente em resultado em função dos pagamentos realizados na rubrica de "Material de manutenção e reparo". Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2016, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia. **Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento:** os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento. f) Arrendamentos operacionais e transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*: As parcelas decorrentes de contratos de arrendamento classificados em modalidade operacional são registradas como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato e apresentados na rubrica de "arrendamento de aeronaves". Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados na nota explicativa nº 26. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda de direitos como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma: • Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo; • Caso o preço de transação for estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado); O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesa antecipada, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo é registrado de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação. g) Imobilizado: Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº 14. O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia: eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas, onde o valor residual passa a ser depreciado pelo período remanescente à nova expectativa de vida útil. O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo: **Adiantamentos para aquisição de aeronaves:** referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation* e aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica. **Contratos de arrendamento:** em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e os pagamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato. **Gastos com reconfiguração de aeronaves:** A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº 14. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual. **Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores e aeronaves:** os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor ou da aeronave. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores ou aeronaves, ou relacionados à outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no resultado. h) Intangíveis: São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado. **Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** o valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa (GLA e Smiles). A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. **Direitos de operações em aeroportos:** foram adquiridos na compra da GLA e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, em conjunto à unidade geradora de caixa GLA (malha aérea) quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data. ***Software*:** os custos de aquisição ou desenvolvimento de *software* de computadores que possam ser separados de um item de *hardware* são capitalizados separadamente, e amortizados em base linear pelo período do contrato. i) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente. **Impostos diferidos:** são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado. Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e avaliados em conjunto com as demais diferenças temporárias ativas quanto a sua expectativa de realização. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. j) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la. **Provisão para devolução de aeronaves:** aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de "reconfigurações/benfeitorias de aeronaves" do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 14). Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa desconto estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva. **Provisão para devolução de motores**: são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento

demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração valor adicionado". q) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas: O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva. As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo: **Recuperabilidade de ativos financeiros:** a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade. **Recuperabilidade de ativos não financeiros:** ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14. **Imposto de renda:** a Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas. ***Breakage*: como** parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita durante o prazo de vencimento do direito a uso do cliente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** é constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de títulos a receber. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos combinados com análises de risco por cliente, realiza o registro da provisão de títulos com baixa expectativa de realização. **Provisão para processos judiciais:** a constituição da provisão inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e a Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Provisão para devolução de aeronaves:** a Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves considerando os custos a incorrer quando da sua devolução, e condições contratuais, com contrapartida no imobilizado. **Provisão para devolução de motores:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia pretente adotar a norma na data de sua vigência. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e, com base nos instrumentos vigentes até o momento, a Companhia não espera impactos relevantes sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 (CPC 47) - Receita com contrato de clientes:** Em 2014 o IASB emitiu a norma IFRS15 - Receita de Contratos com Clientes, que passa a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2018. O IFRS15 (CPC47 - em processo de audiência pública) apresenta princípios de reconhecimento de receita baseados em modelo de cinco passos a ser aplicado em todos os contratos com clientes, e de acordo com as obrigações de desempenho da entidade. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva de sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. No decorrer de 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento. Dentre os principais desafios para a adoção da IFRS 15, a Companhia acredita que as seguintes receitas deverão ter alterações em sua forma de reconhecimento, comparadas com o formato atual e o reconhecimento das receitas abaixo poderá sofrer impactos: **a) Receita de passageiros decorrente de acordos de voos compartilhados**: correspondem a acordos onde duas ou mais companhias aéreas se unem para a entrega de serviço de transporte aéreo. Em situações onde for constatado que a Companhia atuará como principal, o reconhecimento da receita deverá ser feito pelo valor bruto da transação (valor do bilhete para o cliente final), e não mais pela parcela que corresponde apenas ao serviço prestado pela Companhia. **b) Receitas auxiliares:** compreendem todas as receitas que são atreladas à prestação de serviço de transporte aéreo, tais como excesso de bagagem, cobranças por remarcações, reembolsos dentre outros. Tais receitas deverão ser avaliadas e deverão ser enquadradas como "distintas" ou "relacionadas ao serviço principal", sendo reconhecidas no momento em que incorrem. Neste sentido, a Companhia não espera alterações relevantes, dado que tais receitas já são reconhecidas de acordo com sua natureza, no momento do reconhecimento da receita de transporte de passageiros. Dessa forma, o reconhecimento das receitas auxiliares já estão alinhados com o novo pronunciamento. **c) Reconhecimento de receita do programa de fidelidade:** considerando que o programa de relacionamento Smiles opera como uma entidade separada e que a alocação do valor justo corresponde ao valor ao qual a milha foi vendida, não são esperados impactos significativos em relação à determinação de preço da transação a obrigações de desempenho separadas. **d) Receitas de *breakage*:** consiste na expectativa de milhas e bilhetes com alta probabilidade de não serem utilizados pelos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, a Companhia utiliza ferramentas de análise e dados estatísticos que permitem que a estimativa seja calculada com razoável grau de segurança. Dado aos requerimentos mais específicos da norma sobre o tema, a Companhia não acredita em impactos significativos decorrentes da implantação da IFRS 15. Embora o pronunciamento permita a adoção antecipada para 01 de janeiro de 2017, a Companhia adotará a nova norma apenas a partir de 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, a Companhia continuará avaliando os impactos decorrentes da adoção da nova norma e divulgará impactos adicionais à medida que tais análises serão concluídas. **IFRS 16 Arrendamentos:** Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do "IFRS 16 - Leases", que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Internacionalmente, a adoção inicial é permitida a partir de 01 de janeiro de 2018, mas no Brasil, a adoção antecipada desta norma é vedada pela CVM. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia deverá sofrer impactos significativos em decorrência da adoção desta norma, uma vez que do total de 130 aeronaves, 96 possuem contrato de arrendamento operacional. Como consequência, a Companhia acredita haver mudanças relevantes advindas da adoção da norma, com o potencial de aumento em ativos referentes a direito de uso e passivos referentes a arrendamentos que passarão a ser registrados no balanço a partir da data de adoção. Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo IASB e aplicados pela primeira vez em 2016: • Alterações a IAS 16 e a IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data; • Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data; Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016; • IFRS 7 Instrumentos financeiros - divulgação: (i) estabelece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro e, (ii) aplicabilidade das alterações não IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente; • IAS 34 Elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente; • Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada; • Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimentos: Exceções à Regra de Consolidação - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e depósitos bancários	**17.978**	369.924	**246.528**	629.638
Equivalentes de caixa	**39.400**	17.399	**315.679**	442.694
	57.378	387.323	**562.207**	1.072.332

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos privados	**31.267**	17.018	**45.882**	207.997
Fundos de investimento	**8.133**	381	**269.797**	234.697
	39.400	17.399	**315.679**	442.694

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos privados são compostos por Certificados de Depósito Bancário - "CDBs", operações compromissadas e *time deposits*, com rentabilidade média equivalente a 52% (97% em 31 de dezembro de 2015) do CDI. Os fundos de investimento classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor.

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos privados	**-**	195.293	**77.080**	196.283
Títulos públicos	**-**	-	**41.104**	12.769
Fundos de investimento	**49**	-	**313.049**	282.668
	49	195.293	**431.233**	491.720

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos privados são compostos substancialmente por *time deposits* e aplicações de bancos de primeira linha, remunerados à taxa média ponderada equivalente a 38% (110% em 31 de dezembro de 2015) do CDI. Os títulos públicos estão representados basicamente por LFT, LTN e NTN, com rentabilidade média de 102% (98% em 31 de dezembro de 2015) do CDI. Os fundos de investimento são compostos por títulos e fundos privados remunerados à taxa média ponderada de 101% (83% em 31 de dezembro de 2015) do CDI, sujeitos a variações significativas no valor.

5. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósito de margem de operações de *hedge* (a)	**-**	-	**-**	101.075
Depósitos em garantia de carta fiança (b)	**2.114**	3.134	**15.721**	359.604
Depósito em garantia (c)	**29.360**	30.577	**67.345**	63.978
Depósito em garantia - Arrendamentos (d)	**-**	-	**78.015**	158.835
Depósito em garantia - Citibank (e)	**-**	48.810	**-**	48.810
Outros depósitos vinculados	**1.182**	262	**7.688**	3.102
	32.656	82.783	**168.769**	735.404
Circulante	**-**	59.324	**-**	59.324
Não circulante	**32.656**	23.459	**168.769**	676.080

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se a US$27.411 denominado em dólar norte-americano, remunerado à taxa libor (remuneração média de 0,5% a.a.). (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia liquidou empréstimos junto ao Banco Safra e, consequentemente, resgatou o montante de R$117.618 relativos a operações garantidas da GLA, e R$68.333 relativos a operações garantidas da Webjet. Adicionalmente, a Companhia realizou o resgate de R$100.000 referente à liquidação de operações do Finimp (vide nota explicativa nº 16). Os valores remanescentes referem-se essencialmente a fianças judiciais/trabalhistas e a contratos Finimp. (c) O valor de R$29.360 (controladora e consolidado) refere-se à garantia contratual para o processo junto ao STJ sobre a incidência de PIS e COFINS sobre JSCP pagos à GLAI conforme nota explicativa nº 20. Os demais valores referem-se a garantias de cartas de créditos da controlada GLA. (d) Saldo referente a depósitos efetuados requeridos para obtenção de cartas de crédito em garantia de arrendamentos operacionais de aeronaves da controlada GLA. (e) O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se ao depósito em garantia adicional junto a Delta Air Lines, vinculado a emissão de crédito com garantia fidejussória. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não ultrapassou os limites contratuais que determinam a obrigatoriedade de realizar tal depósito e, portanto, o saldo foi integralmente resgatado.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2016	2015
Moeda nacional:		
Administradoras de cartões de crédito	**345.798**	115.236
Agências de viagens	**228.089**	248.644
Agências de cargas	**41.926**	31.916
Companhias aéreas parceiras	**4.153**	3.056
Outros	**66.774**	52.651
	686.740	451.503
Moeda estrangeira:		
Administradoras de cartões de crédito	**49.104**	32.725
Agências de viagens	**16.323**	9.704
Agências de cargas	**2.215**	321
Companhias aéreas parceiras	**31.200**	18.756
Outros	**8.837**	-
	107.679	61.506
	794.419	513.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(34.182)**	(50.389)
	760.237	462.620

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer	**664.317**	420.194
Vencidas até 30 dias	**19.117**	14.253
Vencidas de 31 a 60 dias	**5.623**	7.500
Vencidas de 61 a 90 dias	**7.843**	3.376
Vencidas de 91 a 180 dias	**23.109**	10.071
Vencidas de 181 a 360 dias	**24.279**	21.199
Vencidas acima de 360 dias	**50.131**	36.416
	794.419	513.009

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	**(50.389)**	(83.837)
Adições	**(9.806)**	(39.287)
Baixas de montantes incobráveis	**16.250**	57.514
Recuperações	**9.763**	15.221
Saldo no final do exercício	**(34.182)**	(50.389)

7. Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Materiais de consumo	**27.281**	28.677
Peças e materiais de manutenção	**160.884**	176.804
Outros	**6.867**	6.199
Provisão para obsolescência	**(12.444)**	(12.444)
	182.588	199.236

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldos no início do exercício	**(12.444)**	(12.858)
Adições	**-**	(2.273)
Baixas e reversões	**-**	2.687
Saldos no final do exercício	**(12.444)**	(12.444)

8. Impostos diferidos e a recuperar

8.1. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	**24.377**	23.097	**51.215**	78.775
IRRF	**2.198**	166	**9.601**	6.803
PIS e COFINS	**-**	-	**16.908**	17.465
Retenção de impostos de órgãos públicos	**-**	-	**8.130**	14.378
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	**-**	-	**12.044**	11.252
Outros	**-**	-	**1.449**	2.786
Total	**26.575**	23.263	**99.347**	131.459
Circulante	**9.289**	5.980	**27.287**	58.074
Não circulante	**17.286**	17.283	**72.060**	73.385

8.2. Impostos diferidos ativos (passivos) - longo prazo:

	GLAI		GLA		Smiles		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prejuízos fiscais	**9.149**	5.122	**-**	-	**-**	-	**9.149**	5.122
Base negativa de contribuição social	**3.294**	1.844	**-**	-	**-**	-	**3.294**	1.844
Diferenças temporárias:								
Programa de milhagem	**-**	-	**9**	5.422	**-**	-	**9**	5.422
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	**-**	-	**13.697**	13.817	**126**	163	**13.823**	13.980
Provisão para perda na aquisição da GLA	**-**	-	**143.350**	143.350	**-**	-	**143.350**	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	**966**	986	**16.352**	11.076	**169**	456	**17.487**	12.518
Devolução de aeronaves	**-**	-	**32.515**	39.731	**-**	-	**32.515**	39.731
Derivativos classificados em outros resultados abrangentes (a)	**-**	-	**-**	92.179	**-**	-	**-**	92.179
Operações com derivativos não liquidadas	**-**	-	**7.484**	(4.453)	**-**	-	**7.484**	(4.453)
Operações com derivativos liquidados	**-**	-	**(5.849)**	-	**-**	-	**(5.849)**	-
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (b)	**-**	-	**-**	-	**29.177**	43.765	**29.177**	43.765
Direitos de voo	**-**	-	**(353.226)**	(353.226)	**-**	-	**(353.226)**	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	**-**	-	**(148.581)**	(167.577)	**-**	-	**(148.581)**	(167.577)
Estorno da amortização do ágio na aquisição da GLA	**-**	-	**(127.659)**	(127.659)	**-**	-	**(127.659)**	(127.659)
Operações de leasing de aeronaves	**-**	-	**30.589**	75.051	**-**	-	**30.589**	75.051
Outros (c)	**-**	-	**53.299**	26.934	**33.193**	29.039	**117.577**	82.386
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Não circulante	**13.409**	7.952	**(338.020)**	(245.355)	**62.665**	73.423	**(230.861)**	(137.567)

(a) A Companhia avaliou a expectativa da realização do ativo em conjunto com a realização das diferenças temporárias passivas e, como resultado, registrou uma baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. (b) Refere-se ao benefício fiscal originado através do ágio decorrente da incorporação reversa da G.A. Smiles Participações S.A. pela controlada Smiles. Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. (c) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre GLA e Smiles no valor de R$31.085 está registrado diretamente no Consolidado (R$26.413 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia e suas controladas direta GLA e indireta Webjet possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada direta (GLA)		Controlada indireta (Webjet)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prejuízo fiscal	**190.125**	175.583	**3.971.845**	3.202.891	**867.403**	870.646
Base negativa de contribuição social	**190.125**	175.583	**3.971.845**	3.202.891	**867.403**	870.646

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base fiscal negativa de contribuição social foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de janeiro de 2017. A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2016 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros. A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, conforme segue: **GLAI:** possui o montante total de créditos fiscais de R$65.618, sendo R$64.643 referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R$975 referente a diferenças temporárias, com realização suportada pelo plano de longo prazo da Companhia. Entretanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou as projeções de resultados futuros e, como resultado, deixou de reconhecer o montante de R$52.201 referente a créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **GLA:** possui créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R$1.350.427. Entretanto, face aos recentes acontecimentos no cenário político, instabilidade do cenário econômico, constantes oscilações do dólar e demais variáveis que afetam significativamente as projeções de resultados futuros, bem como ao histórico de prejuízos nos últimos exercícios, deixou de registrar os créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na sua totalidade. Adicionalmente, a Companhia analisou a realização das diferenças temporárias ativas e limitou seu registro com base na expectativa de realização das diferenças temporárias passivas. Como resultado, a Companhia deixou de reconhecer o montante líquido de R$538.668 de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias. **Smiles:** não apresenta saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Dessa forma, o crédito fiscal diferido é composto somente por diferenças temporárias que, de acordo com o histórico de resultados tributáveis e projeções futuras, possui expectativa de realização. **Webjet:** as projeções não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados em períodos futuros e, como resultado, a Webjet deixou de registrar o benefício fiscal no montante de R$294.917. A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**844.162**	(4.389.763)	**1.361.422**	(3.447.100)
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(287.015)**	1.492.519	**(462.883)**	1.172.014
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	**(6.445)**	(1.129.399)	**(435)**	(1.340)
Resultado das subsidiárias integrais	**56.239**	(81.841)	**56.239**	(83.702)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	**-**	59	**3.803**	1.920
Receitas não tributáveis (despesas não dedutíveis), líquidos	**(442)**	(1.691)	**(41.913)**	(111.828)
Juros sobre o capital próprio	**(4.134)**	(5.505)	**3.543**	4.673
Variação cambial sobre investimentos no exterior	**246.721**	(292.530)	**242.190**	(502.938)
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	**533**	(52.732)	**(59.602)**	(1.322.939)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**5.457**	(71.120)	**(259.058)**	(844.140)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(11.031)	**(257.944)**	(196.140)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**5.457**	(60.089)	**(1.114)**	(648.000)
	5.457	(71.120)	**(259.058)**	(844.140)
Taxa efetiva	**-**	-	**(19,03%)**	-

9. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais (a)	**38.760**	31.281	**432.182**	329.248
Depósito de manutenção (b)	**-**	-	**584.149**	515.940
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento (c)	**-**	-	**172.661**	174.886
	38.760	31.281	**1.188.992**	1.020.074

(a) Depósitos judiciais: Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias relativas a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, de processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer outra parte relacionada de terceiros. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que ocorrem tais bloqueios é demandada a sua exclusão e respectiva liberação dos recursos bloqueados. Em 31 de dezembro de 2016 os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig e processos de terceiros são de R$101.352 e R$77.695, respectivamente (R$92.496 e R$75.406 em 31 de dezembro de 2015). (b) Depósitos de manutenção: A Companhia efetuou depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. A Companhia possui duas categorias de depósito de manutenção: i. Garantia de manutenção: refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato, podendo também ser utilizado em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R$336.318 (R$254.758 em 31 de dezembro de 2015). ii. Reserva de manutenção: refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e poderão ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo referente a tais reservas era de R$247.831 (R$261.182 em 31 de dezembro de 2015). (c) Depósitos em garantia de contratos de arrendamento: Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia, em Dólar norte-americano, às empresas de arrendamento cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos.

10. Transações com partes relacionadas

10.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante: Controladora: A Companhia mantém mútuos ativos e passivos com a GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
GLAI com GLA	**37.855**	61.711	**-**	1.503
GAC com GLA	**281.630**	98.085	**21.490**	25.734
Gol LuxCo com GLA (*)	**1.553.865**	722.845	**328**	-
	1.873.350	882.641	**21.818**	27.237

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a GLA realizou diversas operações de mútuos, totalizando US$275.000. A origem de tais recursos é decorrente da liquidação de operações em aberto entre Gol LuxCo e GAC. Adicionalmente, a Controladora possui mútuos entre as entidades Gol Luxco, Finance e GAC, conforme resumo a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
GAC com GLAI	**-**	3.514	**123.298**	151.240
GAC com Gol Finance	**-**	-	**1.096.749**	1.297.931
Gol LuxCo com GAC	**437.559**	1.418.629	**-**	-
Gol LuxCo com GLAI	**-**	-	**23.675**	-
Gol LuxCo com Gol Finance	**863.596**	795.232	**734.848**	880.438
	1.301.155	2.217.375	**1.978.570**	2.329.609

Tais operações são eliminadas na Controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior consideradas como extensões das operações da Companhia, conforme nota explicativa 2.2.a. **10.2. Serviços de transportes e de consultoria:** Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria foram celebrados por meio da GLA, nossa controlada. Abaixo estão listadas as empresas com as quais possuímos contratos celebrados, bem como o seu objeto e principais condições contratuais: **Breda Transportes e Serviços S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores entre aeroportos. De acordo com o contrato, os preços podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses por igual período, mediante assinatura de termo aditivo a ser celebrado entre as partes, e com correção monetária anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"). Este contrato está em processo de renovação. **Expresso União Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de colaboradores, com vigência até 02 de abril de 2018. **Pax Participações S.A.:** Serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência até 30 de abril de 2017. **Aller Participações:** Prestação de serviços de transporte aéreo de cargas, com vigência por prazo indeterminado. **Limmat Participações S.A.:** Prestação de serviços de transporte aéreo de cargas, com vigência por prazo indeterminado. Em 31 de dezembro de 2016 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R$13.013 (R$16.106 em 31 de dezembro de 2015). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R$800 (R$2.085 em 31 de dezembro de 2015), e refere-se substancialmente a transações junto à Breda Transportes e Serviços S.A.. **10.3. Contratos de abertura de conta UATP ("Universal Air Transportation Plan") com concessão de limite de crédito:** Em setembro de 2011, a controlada GLA celebrou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda., Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A., Viação Piracicabana Ltda., Thurgau Participações S.A., Comporte Participações S.A., Quality Bus Comércio de Veículos Ltda., Empresa Princesa do Norte S.A., Expresso União Ltda., Breda Transporte e Serviços S.A., Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A. Spe., Empresa Cruz De Transportes Ltda., Expresso Maringá do Vale S.A., Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A., Expresso Itamarati S.A., Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda., Limmat Participações S.A., Turb Transporte Urbano S.A. e Vaud Participações, com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes. **10.4. Contrato de financiamento de manutenção de motores:** A controlada GLA possui uma linha de financiamento de serviços de manutenção de motores, cuja captação ocorre através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas"). Em 31 de dezembro de 2016, a GLA possui uma série de Notas Garantidas para esta finalidade, emitida em 13 de março de 2015, cujo vencimento será em até três anos. A Delta Air Lines é a garantidora destas Notas Garantidas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do financiamento de manutenção de motores registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos" era de R$53.417 (R$136.885 em 31 de dezembro de 2015), conforme detalhado na nota explicativa nº 16. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas com manutenção de motores realizadas junto à oficina da Delta Air Lines foram de R$210.220 (R$307.658 em 31 de dezembro de 2015). **10.5. Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan):** Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol LuxCo, emitiu uma dívida no valor de US$300.000 através do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,7% a.a.. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("Backstop Guaranty") concedida pela Delta Air Lines. Para maiores informações, vide notas explicativas nº 5 e nº 16. **10.6. Contrato de parceria comercial estratégica -** Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica para cooperação comercial de longo prazo junto à Airfrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias nos mercados brasileiro e europeu. O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R$112.152, integralmente recebido pela Companhia. O contrato possui prazo de 5 anos, período pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R$22.430 e R$26.169 classificadas como "Outras obrigações" no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R$28.130 e R$48.599 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). **10.7. Remuneração do pessoal-chave

a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009. b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010. c) Valor justo calculado pela média dos valores R$16,92, R$16,11 e R$15,17 para os respectivos períodos de vesting (2011, 2012 e 2013). d) Valor justo calculado pela média dos valores R$6,04, R$5,35 e R$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014). e) Valor justo calculado pela média dos valores R$7,34, R$6,58 e R$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015). f) Valor justo calculado pela média dos valores R$8,20, R$7,89 e R$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016). g) Valor justo calculado pela média dos valores R$3,60, R$3,30 e R$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017). h) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R$1,29, R$1,21 e R$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019). A movimentação total das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	**5.359.460**	**16,35**
Opções concedidas	5.742.732	2,62
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(2.110.137)	9,54
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016	**8.992.055**	**9,14**
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2015	4.079.448	18,43
31 de dezembro de 2016	**6.214.124**	**13,66**

b) Plano de ações restritas: O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Plano de ações restritas

Ano da ação	Reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Ações em circulação	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)
2014	13/08/2014	804.073	504.775	11,31
2015	30/04/2015	1.207.037	910.174	9,35
2016	30/06/2016	4.007.081	3.194.307	2,62
		6.018.191	**4.609.256**	

A movimentação total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2015	**2.009.193**
Outorgas realizadas	4.007.081
Ações transferidas (*)	(632.976)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(774.042)
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2016	**4.609.256**

(*) O valor correspondente às ações transferidas é de R$1.866.

Smiles: Plano de opção de compra de ações: Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA.

Plano de Opção de Compra de Ações

Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio da opção na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	54.003	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	6,6
2014	04/02/2014	1.150.000	429.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	7,0
		2.208.043	**483.053**						

(a) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R$4,84 e R$4,20 para os exercícios de *vesting* de 2013 e 2014, e R$3,73 para os períodos de *vesting* de 2015 e 2016. (b) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R$4,35, R$4,63, R$4,90, R$5,15 e R$5,37 para os exercícios de *vesting* de 2014 a 2018. A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	1.039.728	29,59
Opções exercidas	(556.675)	12,74
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016	**483.053**	**30,21**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações o montante de R$12.658 atribuído aos acionistas controladores e R$413 aos acionistas não controladores da Smiles (R$13.516 atribuído aos acionistas controladores e R$836 aos acionistas não controladores da Smiles no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado como custo de pessoal.

12. Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Gol Finance e Gol LuxCo foram considerados na essência uma extensão da Companhia e são somados linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles, a GLA e a Gol Dominicana são equiparadas como investimentos na controladora GLAI. O saldo de investimento no consolidado é decorrente da parcela de 25,4% do capital da Netpoints Fidelidade S.A. detido pela subsidiária Smiles, juntamente com o investimento na SCP Trip, detido pela subsidiária GLA, ambos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado		
	Gol Dominicana	GLA	Smiles	Total	Trip	Netpoints (d)	Total
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2016:							
Quantidade total de ações	-	4.619.138.156	123.626.952		-	130.492.408	
Capital social	9.376	4.102.670	181.822		2.083	75.351	
Percentual de participação	100,0%	100,0%	53,8%		60,0%	25,4%	
Patrimônio líquido	-	(3.074.190)	635.347		3.395	(14.991)	
Lucros não realizados acumulado (a)	-	-	(60.343)		-	-	
Ágio sobre investimento	-	-	-		-	15.184	
Patrimônio líquido ajustado (b)	-	(3.074.190)	281.758		2.038	15.184	
Resultado líquido do exercício	8	(304.847)	544.129		2.081	(29.050)	
Lucros não realizados do exercício (a)	-	-	(9.644)		-	-	
Resultado líquido do exercício ajustado	8	(304.847)	285.884		1.250	(2.530)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(1.115)**	**(2.985.687)**	**213.219**	**(2.773.583)**	**2.781**	**15.643**	**18.424**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(304.847)	285.884	(18.955)	1.250	(2.530)	(1.280)
Variação cambial provenientes de controladas no exterior	1.107	-	-	1.107	-	-	-
Resultados não realizados de *hedge*	-	31.710	-	31.710	-	-	-
Efeitos em diluição de participação societária	-	-	2.872	2.872	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	3.439	3.439
Adiantamento para aumento de capital	-	191.587	-	191.587	-	-	-
Efeitos de alteração de participação societária	-	-	-	-	-	(1.368)	(1.368)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(220.217)	(220.217)	(1.993)	-	(1.993)
Amortização de perdas com operações de *sale-leaseback* (c)	-	(6.953)	-	(6.953)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(3.074.190)**	**281.758**	**(2.792.432)**	**2.038**	**15.184**	**17.222**

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA. (b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido de lucros não realizados. (c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela GLA. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na GLA. O saldo líquido a ser diferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 era de R$9.960 (R$16.913 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 26.2. (d) No mês de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Smiles aprovou a subscrição do aumento de capital social em sua coligada Netpoints, com emissão de 20.230.201 novas ações. Dessa forma, o percentual detido na Netpoints pela controlada Smiles passou de 21,3% para 25,4%.

13. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e direito de receber dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais. O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, sendo ela a opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 11. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, somente o plano de opções outorgado em 2016 apresentou preços de exercício superior à média de mercado acumulada, *(in the money)* e, portanto, apresenta efeito dilutivo. Os demais planos, por apresentarem preços de exercício inferiores à média de mercado acumulada *(out of money)*, possuem efeito não dilutivo e não foram considerados na quantidade total de ações em circulação.

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	**353.129**	**496.490**	(2.123.945)	(2.336.938)
	353.129	**496.490**	(2.123.945)	(2.336.938)
Denominador				
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) (*)	**5.035.037**	**202.261**	5.035.037	158.285
Efeito dos títulos dilutíveis	**-**	**347**	-	-
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões resumidas diluída (em milhares) (*)	**5.035.037**	**202.607**	5.035.037	158.285
Lucro (prejuízo) básico por ação	**0,070**	**2,455**	(0,422)	(14,764)
Lucro (prejuízo) diluído por ação	**0,070**	**2,450**	(0,422)	(14,764)

(*) A média ponderada considera o desdobramento de uma ação ordinária para 35 ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 23 de março de 2015. O resultado por ação apresentado reflete o poder econômico de cada classe de ação.

14. Imobilizado

Controladora: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui saldos de adiantamentos para aquisição de aeronaves, devido a renegociações de contratos realizadas ao longo do exercício, em função da alteração do cronograma de entrega de aeronaves (R$555.519 em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, o valor residual dos direitos de posse sobre as aeronaves era de R$323.013 (R$427.300 em 31 de dezembro de 2015), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

	2016				2015
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de voo:					
Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	5,6%	2.146.115	(734.183)	**1.411.932**	2.081.973
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	5,6%	1.256.494	(451.520)	**804.974**	823.875
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	13,1%	1.432.398	(816.586)	**615.812**	611.068
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	877	(410)	**467**	723
Ferramentas	10%	30.763	(16.146)	**14.617**	12.834
		4.866.647	(2.018.845)	**2.847.802**	3.530.473
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	**-**	(30.726)	-	**(30.726)**	(28.904)
		4.835.921	(2.018.845)	**2.817.076**	3.501.569
Imobilizado de uso:					
Veículos	20%	11.200	(9.540)	**1.660**	1.825
Máquinas e equipamentos	10%	57.635	(35.292)	**22.343**	24.298
Móveis e utensílios	10%	26.345	(16.284)	**10.061**	7.852
Computadores e periféricos	20%	41.184	(33.783)	**7.401**	9.364
Equipamentos de comunicação	10%	2.656	(1.833)	**823**	865
Instalações	10%	1.553	(1.221)	**332**	445
Centro de manutenção - Confins	10%	107.127	(69.031)	**38.096**	49.779
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	26.854	(18.606)	**8.248**	14.752
Obras em andamento	-	31.571	-	**31.571**	22.022
		306.125	(185.590)	**120.535**	131.202
		5.142.046	(2.204.435)	**2.937.611**	3.632.771
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	**-**	87.399	-	**87.399**	623.843
		5.229.445	(2.204.435)	**3.025.010**	4.256.614

(a) A Companhia realizou a troca de arrendadores para 6 contratos classificados como arrendamento financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 por meio de transações de *sale-leaseback*. Embora a Companhia continue mantendo estas aeronaves na frota, fatores como a troca de arrendadores, novos termos contratuais estabelecidos e principalmente a redução dos prazos contratuais caracterizam tais contratos, de acordo com a IAS17 e CPC06, como novos contratos. Como resultado, a partir de 11 de fevereiro de 2016, estas aeronaves passaram a ser classificadas como arrendamento operacional e os respectivos pagamentos passaram a ser registrados na rubrica de custos com "arrendamento de aeronaves". Adicionalmente, a Companhia encerrou antecipadamente o contrato de 4 aeronaves sem a realização de novos contratos em outras modalidades. (b) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens rotables, classificados na rubrica de "peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia revisou a vida útil de seus ativos e, como resultado, apresentou as seguintes alterações nas taxas de depreciação:

	De	Para
Imobilizado sob arrendamento financeiro	4,0%	**5,6%**
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4,0%	**5,6%**
Custo de manutenção de motores (*)	30,0%	**14,3%**

(*) Incluído na rubrica "Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves". A alteração de vida útil foi realizada de forma prospectiva. Tais adequações estão suportadas por análises técnicas e visam refletir a perspectiva atual da Companhia para a utilização de seus ativos. A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2014	2.079.724	935.209	456.197	130.904	3.602.034
Adições	141.524	730.460	608.660	32.500	1.513.144
Baixas	-	(23.280)	(441.014)	(1.789)	(466.083)
Depreciação	(139.275)	(222.793)	-	(30.413)	(392.481)
Em 31 de dezembro de 2015	2.081.973	1.419.596	623.843	131.202	4.256.614
Adições	**-**	**425.218**	**71.503**	**27.400**	**524.121**
Baixas	**(597.136)**	**(122.487)**	**(607.947)**	**(9.911)**	**(1.337.481)**
Depreciação	**(72.905)**	**(317.183)**	**-**	**(28.156)**	**(418.244)**
Em 31 de dezembro de 2016	**1.411.932**	**1.405.144**	**87.399**	**120.535**	**3.025.010**

15. Intangível

	Ágio	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	557.485	1.038.900	117.801	1.714.186
Adições	-	-	42.812	42.812
Transferências (*)	(15.183)	-	-	(15.183)
Amortizações	-	-	(27.210)	(27.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	542.302	1.038.900	133.403	1.714.605
Adições	**-**	**-**	**55.316**	**55.316**
Baixas	**-**	**-**	**(781)**	**(781)**
Amortizações	**-**	**-**	**(29.424)**	**(29.424)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**542.302**	**1.038.900**	**158.514**	**1.739.716**

(*) Refere-se ao ágio apurado na aquisição de participação na Netpoints pela Smiles, transferido para o grupo de investimentos. O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico. A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles, e os direitos de operação em aeroportos são, integralmente, alocados à unidade geradora de caixa GLA, conforme apresentado abaixo:

	Goodwill - GLA	*Goodwill* - Smiles	Direitos de operação em aeroportos
31 de dezembro de 2016			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	2.433.861	56.880	-
Valor em uso	3.636.201	9.476.173	4.816.306
Taxa de desconto antes dos impostos	23,92%	14,51%	27,34%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	8,50%
31 de dezembro de 2015			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	3.248.245	141.101	-
Valor em uso	6.339.072	5.678.811	6.168.302
Taxa de desconto antes dos impostos	17,21%	19,84%	18,65%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	8,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas, para o período de cinco anos e para o período após cinco anos é extrapolado utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade, e com os planos operacionais, ambos analisados e aprovados pela administração da Companhia. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 31 de janeiro de 2017. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são: Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação. Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share)* e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo. Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo). Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana. A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - ANP) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

16. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Taxa de juros	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante						
Em moeda nacional:						
BNDES - Direto (a)	Jul. 2017	TJLP+1,40% a.a.	**-**	-	**-**	3.111
Debêntures VI (b)	Set. 2019	132% da taxa DI	**-**	-	**-**	125.194
Safra (c)	Mai. 2018	128% da taxa DI	**-**	-	**9.690**	33.571
Safra K-giro (d)	Mar. 2016	111% da taxa DI	**-**	-	**-**	116.035
Juros	-	-	**-**	-	**45.026**	22.026
Em moeda estrangeira (US$):						
J.P. Morgan (e)	Mar.2018	1,09% a.a.	**-**	-	**42.275**	72.141
Finimp (f)	Out.2017	4,57% a.a.	**-**	-	**174.428**	389.275
Engine Facility (Cacib) (g)	Jun. 2021	Libor 3m +2,25% a.a.	**-**	-	**16.889**	20.920
Bônus Sênior I (h)	Abr. 2017	7,60% a.a.	**182.418**	-	**182.418**	-
Juros	-	-	**94.801**	127.598	**97.670**	126.462
			277.219	127.598	**568.396**	908.735
Arrendamentos financeiros	Jul. 2025	4,52% a.a.	**-**	-	**266.894**	487.888
Total circulante			**277.219**	127.598	**835.290**	1.396.623
Não circulante						
Em moeda nacional:						
BNDES - Direto (a)	Jul. 2017	TJLP+1,40% a.a.	**-**	-	**-**	1.813
Debêntures VI (b)	Set. 2019	132% da taxa DI	**-**	-	**1.005.242**	925.623
Safra (c)	Mai. 2018	128% da taxa DI	**-**	-	**4.871**	49.562
Em moeda estrangeira (US$):						
J.P. Morgan (e)	Mar. 2018	1,09% a.a.	**-**	-	**11.142**	64.744
Engine Facility (Cacib) (g)	Jun. 2021	Libor 3m +2,25% a.a.	**-**	-	**156.917**	212.758
Bônus Sênior I (h)	Abr. 2017	7,60% a.a.	**-**	322.407	**-**	322.407
Bônus Sênior II (i)	Jul. 2020	9,64% a.a.	**368.000**	617.376	**368.000**	617.376
Bônus Sênior III (j)	Fev. 2023	9,24% a.a.	**68.053**	137.379	**68.053**	128.195
Bônus Sênior IV (k)	Jan. 2022	11,30% a.a.	**889.595**	1.251.902	**889.595**	1.251.902
Bônus Sênior V (l)	Dez. 2018	9,71% a.a.	**43.010**	-	**43.010**	-
Bônus Sênior VI (m)	Jul. 2021	9,87% a.a.	**120.631**	-	**120.631**	-
Bônus Sênior VII (n)	Dez. 2028	9,84% a.a.	**52.721**	-	**52.721**	-
Bônus Perpétuos (o)	-	8,75% a.a.	**498.291**	780.961	**428.436**	698.959
Term Loan (p)	Ago. 2020	6,70% a.a.	**944.194**	1.128.757	**944.194**	1.128.757
			2.984.495	4.238.782	**4.092.812**	5.402.096
Arrendamentos financeiros	Jul. 2025	4,52% a.a.	**-**	-	**1.451.118**	2.506.207
Total não circulante			**2.984.495**	4.238.782	**5.543.930**	7.908.303
Total			**3.261.714**	4.366.380	**6.379.220**	9.304.926

(a) Linha de crédito captada em 27 de junho de 2012, com a finalidade de financiamento do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA"). Em 15 de abril de 2016, a controlada GLA liquidou integralmente o montante antecipadamente. (b) Emissão de 105.000 debêntures pela controlada GLA em 30 de setembro de 2015, com a finalidade de liquidação integral antecipada das Debêntures IV e V. (c) Linha de crédito captada pela controlada Webjet. (d) Captação com finalidade de capital de giro pela controlada GLA em 30 de junho de 2015. (e) Emissão de 3 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, conforme mencionado na nota explicativa 10.4. (f) Linha de crédito junto ao Banco do Brasil, utilizada para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. (g) Linha de crédito captada em 30 de setembro de 2014 junto ao Credit Agricole. (h) Emissão do Bônus Sênior série I pela controlada Gol Finance em 22 de março de 2007, cujos recursos captados têm a finalidade de financiar pré-pagamentos para aquisição de aeronaves. (i) Emissão do Bônus Sênior série II pela controlada Gol Finance em 13 de julho de 2010 para pagamento de dívidas. (j) Emissão do Bônus Sênior série III pela controlada GLA em 07 de fevereiro de 2013 com a finalidade de financiar pré-pagamentos de dívidas a vencer nos 3 anos seguintes. O Bônus foi transferido em sua totalidade para a Gol LuxCo, juntamente com os recursos captados na ocasião de sua emissão, e parte do montante captado foi liquidado antecipadamente. (k) Emissão do Bônus Sênior IV pela controlada Gol LuxCo em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de financiar a recompra parcial dos Bônus Sênior I, II e III. (l) Emissão do Bônus Sênior V pela controlada Gol LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpétuo. (m) Emissão do Bônus Sênior VI pela controlada Gol LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpétuo. (n) Emissão do Bônus Sênior VII pela controlada Gol LuxCo em 07 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Perpétuo. (o) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 05 de abril de 2006 para financiamentos bancários e de aquisição de aeronaves. (p) Emissão de *Term Loan* pela controlada Gol LuxCo em 31 de agosto de 2015 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines. Para maiores informações vide nota explicativa nº 10.5. O total de empréstimos e financiamentos incluem custos de captação de R$97.433 (R$106.450 em 31 de dezembro de 2015) que serão amortizados durante a vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos exceto arrendamentos financeiros de longo prazo em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Sem vencimento	Total
Controladora							
Em moeda estrangeira (US$):							
Bônus Sênior II	-	-	368.000	-	-	-	**368.000**
Bônus Sênior III	-	-	-	-	68.053	-	**68.053**
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	889.595	-	**889.595**
Bônus Sênior V	43.010	-	-	-	-	-	**43.010**
Bônus Sênior VI	-	-	-	120.631	-	-	**120.631**
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	52.721	-	**52.721**
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	498.291	**498.291**
Term Loan	-	-	944.194	-	-	-	**944.194**
Total	43.010	-	1.312.194	120.631	1.010.369	498.291	**2.984.495**
Consolidado							
Em moeda nacional:							
Debêntures VI	400.000	605.242	-	-	-	-	**1.005.242**
Safra	4.871	-	-	-	-	-	**4.871**
Em moeda estrangeira (US$):							
J.P. Morgan	11.142	-	-	-	-	-	**11.142**
Engine Facility (Cacib)	17.077	17.077	17.077	105.686	-	-	**156.917**
Bônus Sênior II	-	-	368.000	-	-	-	**368.000**
Bônus Sênior III	-	-	-	-	68.053	-	**68.053**
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	889.595	-	**889.595**
Bônus Sênior V	43.010	-	-	-	-	-	**43.010**
Bônus Sênior VI	-	-	-	120.631	-	-	**120.631**
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	52.721	-	**52.721**
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	428.436	**428.436**
Term Loan	-	-	944.194	-	-	-	**944.194**
Total	476.100	622.319	1.329.271	226.317	1.010.369	428.436	**4.092.812**

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2016, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Bônus Sênior	1.724.428	1.255.900	1.724.428	1.255.900
Bônus Perpétuos	498.291	310.151	428.436	272.237

Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através de cotações de mercado. **16.1. Condições contratuais restritivas:** Em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e arrendamentos financeiros) no valor total de R$3.664.376 (R$4.703.129 em 31 de dezembro de 2015), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros. A Companhia possui cláusulas restritivas *(covenants)* no *Term Loan* com o Morgan Stanley e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil. No *term loan*, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do *Term Loan*, conforme nota explicativa nº5. Os indicadores das Debêntures são mensurados semestralmente. Em 31 de dezembro de 2016, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 6,35 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,15. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2016, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDAR de 5,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,63. Sendo assim, a Companhia atendeu os níveis mínimos exigidos para as cláusulas restritivas citadas acima e, dessa forma, encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas. A próxima medição ocorrerá ao fim do primeiro semestre de 2017. **16.2. Reestruturação de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016: Financiamento à importação (Finimp):** a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou os vencimentos de contratos desta modalidade que fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importação, com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos para aeronaves. As renegociações realizadas estão demonstradas a seguir:

Data original da captação	Instituição financeira	Montante captado (US$)	Montante captado (R$)	Taxa de juros (a.a.)	Nova data de vencimento
03/02/2016	Banco do Brasil	5.245	18.668	4,45%	13/01/2017
22/02/2016	Banco do Brasil	8.595	30.589	4,53%	01/02/2017
03/03/2016	Banco do Brasil	4.815	17.136	4,54%	11/02/2017
28/04/2016	Banco do Brasil	4.274	13.718	4,23%	20/04/2017
01/07/2016	Banco do Brasil	9.638	31.287	4,56%	26/07/2017
21/07/2016	Banco do Brasil	7.823	25.394	4,67%	14/07/2017
22/07/2016	Banco do Brasil	10.436	33.879	4,66%	14/07/2017
04/11/2016	Banco do Brasil	2.694	8.703	4,90%	30/10/2017

Oferta de permuta de Sênior Notes e Bônus Perpétuos (*Exchange Offer*): Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou ofertas de permutas privadas dos Sênior Notes com vencimentos em 2017, 2020, 2022, 2023 e Bônus Perpétuos com o objetivo de reestruturar sua dívida. Consequentemente, foram emitidas, por meio da subsidiária Gol LuxCo, novas dívidas com descontos previstos no âmbito da oferta, gerando para a Companhia uma redução em seu endividamento, conforme tabela demonstrada abaixo:

	Dívida cancelada (a)	Novas emissões (b)	Prêmios pagos	Total do ganho (c)	Pagamentos	Redução da dívida
Sênior 2017 (i)	27.937	(19.556)	(1.233)	7.148	(6.243)	13.391
Sênior 2020 (ii)	41.139	(18.513)	(1.440)	21.186	(3.189)	24.375
Sênior 2022 (ii)	46.270	(20.822)	(1.488)	23.960	(3.536)	27.496
Sênior 2023 (ii)	14.301	(6.435)	(513)	7.353	(1.104)	8.457
Bônus Perpétuos (iii)	46.099	(16.135)	(1.949)	28.

19. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles era de R$781.707 (R$770.416 em 31 de dezembro de 2015) e R$219.325 (R$221.242 em 31 de dezembro de 2015) classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

20. Provisões

	Consolidado			
	Provisão para seguros	Provisões para devolução de aeronaves e motores (a)	Processos judiciais (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**742**	**725.176**	**144.355**	**870.273**
Provisões adicionais reconhecidas (*)	4.237	97.423	189.244	**290.904**
Provisões realizadas	(4.237)	(121.855)	(127.551)	**(253.643)**
Variação cambial	-	(116.803)	(516)	**(117.319)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**742**	**583.941**	**205.532**	**790.215**
Em 31 de dezembro de 2015				
Circulante	742	205.966	-	206.708
Não circulante	-	519.210	144.355	663.565
	742	725.176	144.355	870.273
Em 31 de dezembro de 2016				
Circulante	742	65.760	-	**66.502**
Não circulante	-	518.181	205.532	**723.713**
	742	**583.941**	**205.532**	**790.215**

(*) As adições de provisões para devolução de aeronaves e motores também incluem efeitos de ajuste a valor presente.

(a) Provisão para devolução de aeronaves e motores: A provisão para devolução considera os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/benfeitorias de aeronaves), conforme nota explicativa nº 2.2.h. (b) Processos judiciais: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas são partes em 27.742 (8.557 trabalhistas e 19.185 cíveis) processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	17.310	291	17.601
Cíveis administrativos	1.584	-	1.584
Trabalhistas judiciais	5.736	2.609	8.345
Trabalhistas administrativos	210	2	212
	24.840	**2.902**	**27.742**

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais. Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Cíveis	**73.356**	69.892
Trabalhistas	**132.163**	74.293
Tributárias	**13**	170
	205.532	144.355

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas. Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2016, de R$31.598 para as ações cíveis e R$79.532 para as ações trabalhistas (R$22.176 e R$53.764 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2016:• A GLAI vem discutindo judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.793, relativo aos exercícios dos anos de 2006 a 2008, valores pagos por sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela GLA em 25 de setembro de 2008. De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos e com base na jurisprudência ocorrida em fatos recentes, a Companhia classificou este processo com a probabilidade de perda possível, sem constituição de provisão para o valor envolvido. Adicionalmente, a Companhia mantém junto ao Bic Banco uma carta de crédito com garantia parcial sobre o do valor do processo de R$29.360 conforme apresentado na nota explicativa nº 5. • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R$19.443 (R$17.091 em 31 de dezembro de 2015) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores. • Multa aduaneira no montante de R$45.689 (R$18.283 em 31 de dezembro de 2015) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria. • Ágio BSSF (BSSF Air Holdings), no montante de R$47.572 (R$45.292 em 31 de dezembro de 2015) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores. • Ágio GLA no montante de R$72.687 (R$65.929 em 31 de dezembro de 2015) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores. • Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"): supostamente incidente quando da importação de aeronaves no montante de R$115.136 (R$101.448 em 31 de dezembro de 2015). Existem outros processos de natureza fiscal avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$78.541 (R$58.151 em 31 de dezembro de 2015) que somados com os processos acima totalizam o montante de R$436.861 em 31 de dezembro de 2016 (R$364.078 em 31 de dezembro de 2015).

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o valor do capital social era de R$3.080.110, representado por 5.238.421.108 ações, sendo 5.035.037.140 ações ordinárias e 203.383.968 ações preferenciais.O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	2016			2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	**100,00%**	**33,88%**	**61,28%**	100,00%	33,88%	61,28%
Delta Airlines, Inc.	**-**	**16,19%**	**9,48%**	-	16,19%	9,48%
Ações em tesouraria	**-**	**0,44%**	**0,26%**	-	0,75%	0,44%
Outros	**-**	**1,11%**	**0,65%**	-	1,05%	0,61%
Mercado	**-**	**48,38%**	**28,34%**	-	48,13%	28,19%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2016 era de R$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **21.2. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado após reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). **21.3. Ações em tesouraria:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia transferiu 632.976 ações restritas aos beneficiários do plano (557.106 ações restritas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 893.793 ações em tesouraria, totalizando R$13.371 com valor de mercado de R$4.129 (1.526.769 ações em tesouraria, totalizando R$22.699 em ações com valor de mercado de R$3.847 em 31 de dezembro de 2015).

22. Receita de vendas

	Consolidado	
	2016	2015
Transporte de passageiros	**8.948.170**	8.954.034
Transporte de cargas	**324.492**	318.573
Receita de milhas	**622.567**	421.348
Outras receitas (*)	**652.602**	690.044
Receita bruta	**10.547.831**	10.383.999
Impostos incidentes	**(680.496)**	(605.992)
Receita líquida	**9.867.335**	9.778.007

(*) Do montante total, R$430.898 é composto por receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens (R$449.263 em 31 de dezembro de 2015). As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas. A receita por localidade geográfica é como segue:

	2016	%	2015	%
Doméstico	**8.395.364**	**85,1**	8.670.023	88,7
Internacional	**1.471.971**	**14,9**	1.107.984	11,3
Receita líquida	**9.867.335**	**100,0**	9.778.007	100,0

23. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

23.1. Controladora:

	2016	%	2015	%
Pessoal (a)	**(2.597)**	**(1,2)**	(4.974)	(46,7)
Prestação de serviços	**(4.679)**	**(2,2)**	(9.496)	(89,2)
Transações de *sale-leaseback* (b)	**233.483**	**110,0**	25.695	241,3
Outras despesas	**(14.049)**	**(6,6)**	(574)	(5,4)
	212.158	**100,0**	10.651	100,00

23.2. Consolidado

	2016					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.200.280)	(87.163)	(369.342)	-	**(1.656.785)**	**18,1**
Combustíveis e lubrificantes	(2.695.390)	-	-	-	**(2.695.390)**	**29,4**
Arrendamento de aeronaves	(996.945)	-	-	-	**(996.945)**	**10,9**
Seguro de aeronaves	(35.938)	-	-	-	**(35.938)**	**0,4**
Material de manutenção e reparo	(593.090)	-	-	-	**(593.090)**	**6,5**
Prestação de serviços	(538.044)	(309.174)	(220.957)	-	**(1.068.175)**	**11,6**
Comerciais e publicidade	-	(555.984)	-	-	**(555.984)**	**6,1**
Tarifas de pouso e decolagem	(687.366)	-	-	-	**(687.366)**	**7,5**
Depreciação e amortização	(430.604)	-	(17.064)	-	**(447.668)**	**4,9**
Transações de *sale-leaseback* (b)	-	-	-	233.483	**233.483**	**(2,6)**
Outras, líquidas (c)	(380.465)	(52.155)	(102.097)	(130.935)	**(665.652)**	**7,2**
	(7.558.122)	(1.004.476)	(709.460)	102.548	**(9.169.510)**	**100,0**

	2015					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.287.222)	(58.487)	(234.822)	-	(1.580.531)	15,9
Combustíveis e lubrificantes	(3.301.368)	-	-	-	(3.301.368)	33,2
Arrendamento de aeronaves	(1.106.583)	-	-	6.497	(1.100.086)	11,1
Seguro de aeronaves	(29.791)	-	-	-	(29.791)	0,3
Material de manutenção e reparo	(603.925)	-	-	-	(603.925)	6,1
Prestação de serviços	(439.029)	(301.115)	(279.689)	-	(1.019.833)	10,2
Comerciais e publicidade	-	(617.403)	-	-	(617.403)	6,2
Tarifas de pouso e decolagem	(681.378)	-	-	-	(681.378)	6,8
Depreciação e amortização	(359.889)	-	(59.802)	-	(419.691)	4,2
Transações de *sale-leaseback* (b)	-	-	-	19.198	19.198	(0,2)
Outras, líquidas (c)	(451.172)	(64.036)	(107.827)	-	(623.035)	6,2
	(8.260.357)	(1.041.041)	(682.140)	25.695	(9.957.843)	100,0

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal". (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$235.563 é composto pelos ganhos com operações de *sale-leaseback* reconhecidos integralmente referente a 7 aeronaves, das quais 6 aeronaves referem-se a negociação conforme nota explicativa nº 14 e 1 aeronave em operações de *sale-leaseback* no montante de R$6.953 referente ao diferimento de perdas líquidas de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009. (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de perdas líquidas é de R$24.991 referente ao encerramento antecipado do contrato de 4 aeronaves.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**120.403**	174.693
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	**10.906**	6.837	**152.656**	178.147
Variações monetárias	**2.198**	2.503	**12.411**	14.531
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	**(1.262)**	(1.853)	**(23.041)**	(47.588)
Ganho com recompra de títulos (b)	**286.799**	-	**286.799**	-
Outros	**86.009**	18.725	**19.276**	12.784
	384.650	26.212	**568.504**	332.567
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	**-**	-	**(277.183)**	(124.536)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(310.615)**	(274.197)	**(787.661)**	(885.947)
Comissões e despesas bancárias	**(38.563)**	(9.080)	**(96.515)**	(60.760)
Variações monetárias	**-**	-	**(3.867)**	(3.921)
Outros	**(13.838)**	(7.805)	**(106.338)**	(253.727)
	(363.016)	(291.082)	**(1.271.564)**	(1.328.891)
Variação cambial, líquida	**629.325**	(813.782)	**1.367.937**	(2.266.999)
Total	**650.959**	(1.078.652)	**664.877**	(3.263.323)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015. (b) Refere-se ao valor total apurado no processo de oferta de troca de sênior notes e bônus perpétuos, líquido da baixa de custo das dívidas anteriores no montante de R$11.081

25. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão para avaliação de desempenho e alocação dos recursos aos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre os dois segmentos reportados. Sendo assim, não há custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados. A Companhia possui maioria acionária na controlada Smiles, sendo que a participação de não controladores era de 46,2% e 45,9% em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente. As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada relacionada aos segmentos reportáveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

25.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais:

	2016				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	**1.426.750**	**1.413.422**	**2.840.172**	**(759.458)**	**2.080.714**
Não circulante	**6.474.404**	**513.456**	**6.987.860**	**(664.219)**	**6.323.641**
Total do ativo	**7.901.154**	**1.926.878**	**9.828.032**	**(1.423.677)**	**8.404.355**
Passivo					
Circulante	**4.767.322**	**1.061.806**	**5.829.128**	**(980.386)**	**4.848.742**
Não circulante	**6.782.835**	**229.725**	**7.012.560**	**(100.196)**	**6.912.364**
Patrimônio líquido	**(3.649.003)**	**635.347**	**(3.013.656)**	**(343.095)**	**(3.356.751)**
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	**7.901.154**	**1.926.878**	**9.828.032**	**(1.423.677)**	**8.404.355**

	2015				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	1.717.370	1.447.318	3.164.688	(703.122)	2.461.566
Não circulante	7.850.454	217.950	8.068.404	(161.573)	7.906.831
Total do ativo	9.567.824	1.665.268	11.233.092	(864.695)	10.368.397
Passivo					
Circulante	5.325.604	954.746	6.280.350	(738.342)	5.542.008
Não circulante	8.788.682	222.582	9.011.264	137.565	9.148.829
Patrimônio líquido	(4.546.462)	487.940	(4.058.522)	(263.918)	(4.322.440)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	9.567.824	1.665.268	11.233.092	(864.695)	10.368.397

25.2. Receitas e os resultados dos segmentos operacionais

	2016				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	8.340.545	-	8.340.545	330.897	**8.671.442**
Transporte de cargas e outras (a)	729.096	-	729.096	426	**729.522**
Receita com resgate de milhas (a)	-	1.548.109	1.548.109	(1.081.738)	**466.371**
Custo dos serviços prestados (b)	(7.406.974)	(792.856)	(8.199.830)	641.708	**(7.558.122)**
Lucro bruto	1.662.667	755.253	2.417.920	(108.707)	**2.309.213**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(1.007.202)	(93.696)	(1.100.898)	96.422	**(1.004.476)**
Despesas administrativas (c)	(648.947)	(56.612)	(705.559)	(3.901)	**(709.460)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	102.731	(1.368)	101.363	1.185	**102.548**
	(1.553.418)	(151.676)	(1.705.094)	93.706	**(1.611.388)**
Resultado de equivalência patrimonial	287.134	(2.530)	284.604	(285.884)	**(1.280)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	395.901	212.758	608.659	(40.155)	**568.504**
Despesas financeiras	(1.311.940)	(168)	(1.312.108)	40.544	**(1.271.564)**
Variação cambial, líquida	1.362.145	5.792	1.367.937	-	**1.367.937**
	446.106	218.382	664.488	389	**664.877**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	842.489	819.429	1.661.918	(300.496)	**1.361.422**
Imposto de renda e contribuição social	7.130	(271.156)	(264.026)	4.968	**(259.058)**
Lucro líquido do exercício	849.619	548.273	1.397.892	(295.528)	**1.102.364**
Resultado atribuído aos acionistas controladores	849.619	295.528	1.145.147	(295.528)	**849.619**
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	252.745	252.745	-	**252.745**

	2015				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	8.294.463	-	8.294.463	288.925	8.583.388
Transporte de cargas e outras (a)	941.928	47.199	989.127	(19.198)	969.929
Receita com resgate de milhas (a)	-	1.172.322	1.172.322	(947.632)	224.690
Custo dos serviços prestados (b)	(8.260.355)	(676.506)	(8.936.861)	676.504	(8.260.357)
Lucro bruto	976.036	543.015	1.519.051	(1.401)	1.517.650
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	(884.773)	(87.207)	(971.980)	(69.061)	(1.041.041)
Despesas administrativas (c)	(677.961)	(39.953)	(717.914)	35.774	(682.140)
Outras receitas operacionais, líquidas	25.695	-	25.695	-	25.695
	(1.537.039)	(127.160)	(1.664.199)	(33.287)	(1.697.486)
Resultado de equivalência patrimonial	179.377	(5.932)	173.445	(177.386)	(3.941)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	287.058	156.042	443.100	(110.533)	332.567
Despesas financeiras	(1.424.321)	(15.104)	(1.439.425)	110.534	(1.328.891)
Variação cambial, líquida	(2.264.750)	(2.248)	(2.266.998)	(1)	(2.266.999)
	(3.402.013)	138.690	(3.263.323)	-	(3.263.323)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(3.783.639)	548.613	(3.235.026)	(212.074)	(3.447.100)
Imposto de renda e contribuição social	(677.244)	(178.691)	(855.935)	11.795	(844.140)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.460.883)	369.922	(4.090.961)	(200.279)	(4.291.240)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(4.460.883)	200.279	(4.260.604)	(200.279)	(4.460.883)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	169.643	169.643	-	169.643

(a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles. (b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R$430.604 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 alocados para os seguintes segmentos: R$422.523 para transporte aéreo e R$8.081 para programa de fidelidade Smiles (R$357.054 e R$2.835 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). (c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R$17.064 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 alocados para os seguintes segmentos: R$16.649 para transporte aéreo e R$415 para programa de fidelidade Smiles (R$59.802 integralmente alocados para o segmento de transporte aéreo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, esse tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a GLA a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes. No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, é realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

26. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 120 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R$48.032.429 (correspondendo a US$14.737.943 na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	2016	2015
2016	**-**	1.337.753
2017	**-**	-
2018	**1.787.388**	2.141.509
2019	**2.917.833**	3.495.921
2020	**4.471.172**	5.357.011
2021 em diante	**38.856.036**	46.554.279
	48.032.429	58.886.473

Em 31 de dezembro de 2016, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R$6.724.541 (correspondendo a US$2.063.312 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	2016	2015
2016	**-**	6.672
2017	**286.829**	343.657
2018	**483.518**	579.313
2019	**658.930**	789.479
2020	**835.468**	1.000.993
2021 em diante	**4.459.796**	4.660.379
	6.724.541	7.380.493

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%. A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor. A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a frota total era composta de 130 aeronaves, dentre as quais 96 eram arrendamentos mercantis operacionais e 34 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 31 aeronaves sob arrendamento financeiro que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a devolução de 10 aeronaves com contrato de arrendamento operacional. **26.1. Arrendamentos mercantis operacionais:** Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis e denominados em dólar e estão demonstradas como segue:

	2016	2015
2016	**-**	-
2017	**857.747**	1.270.284
2018	**839.343**	1.127.820
2019	**889.940**	1.001.212
2020	**873.692**	904.590
2021 em diante	**2.786.003**	3.445.126
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**6.246.725**	7.749.032

26.2. Transações com *sale-leaseback:* A Companhia apurou um ganho líquido de R$233.483 decorrente de transações de 7 aeronaves de *sale-leaseback* (ganho de R$32.191 relativo a 6 aeronaves em 31 de dezembro de 2015). Tendo em vista que os ganhos e as perdas não serão compensados com pagamentos futuros do contrato de arrendamento e foram negociados de acordo com o valor justo das aeronaves, tais ganhos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Adicionalmente, a Companhia também detém saldo de perdas diferidos de transações realizadas de 2006 a 2009 no montante de R$9.959 (R$16.913 em 31 de dezembro de 2015).

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros. A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos. As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (c)	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	**308.548**	737.343	**253.659**	334.989
Aplicações financeiras (a)	**121.491**	227.628	**309.742**	264.092
Caixa restrito	**168.769**	676.080	**-**	59.324
Direitos com operações de derivativos	**3.817**	1.766	**-**	-
Contas a receber	**-**	-	**760.237**	462.620
Depósitos (b)	**-**	-	**756.810**	690.826
Outros créditos	**-**	-	**118.058**	59.069
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	**-**	-	**6.379.220**	9.304.926
Fornecedores	**-**	-	**1.097.997**	900.682
Obrigações com operações de derivativos	**89.211**	141.443	**-**	-

(a) A Companhia gerencia parte de suas aplicações financeiras como mantidas para negociação, a fim de suprir necessidades de caixa de curtíssimo prazo. (b) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº 9. (c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpétuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº 16. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de Juros	Total
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2015 (*)	-	1.766	(141.443)	**(139.677)**
Variações no valor justo:				
Ganhos (perdas) reconhecidos em resultados (a)	309	(40.931)	(1)	**(40.623)**
Perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	-	-	(4.842)	**(4.842)**
Pagamentos durante o exercício	3.508	39.165	57.075	**99.748**
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2016 (*)	3.817	-	(89.211)	**(85.394)**
Movimentação de outros resultados abrangentes	**Combustível**	**Moeda estrangeira**	**Taxa de juros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	(178.939)	**(178.939)**
Ajustes de valor justo durante o exercício	-	-	(4.842)	**(4.842)**
Reversões líquidas para o resultado (b)	-	-	128.731	**128.731**
Efeito fiscal	-	-	(92.179)	**(92.179)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	(147.229)	**(147.229)**
Efeitos no resultado (a)-(b)	309	(40.931)	(128.732)	**(169.354)**
Reconhecidos em resultado operacional	-	-	(12.574)	**(12.574)**
Reconhecidos em resultado financeiro	309	(40.931)	(116.158)	**(156.780)**

(*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo. A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa apenas para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor). Os *hedge* de fluxo de caixa estão programados para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2021 em diante
Expectativa de realização	14.242	14.092	16.350	15.578	13.844	73.123

27.1 Riscos de mercado: a) Combustível: O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2016, opção de compra e *"zero cost colar"* (*call* comprada e *put* vendida) atrelados ao *WTI*. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu um ganho com operações de *hedge* de combustível no valor de R$309 (perda de R$29.964 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A companhia não possui operações de derivativos de combustível designados como "*hedge accounting*". **b) Câmbio:** O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2016, instrumentos financeiros derivativos em aberto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu uma perda com *hedge* de câmbio para contratos de derivativos de futuro de dólar norte-americano no valor de R$40.931 (ganho de R$102.969 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016

c) Taxa de juros: A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedge* de juros no valor de R$128.732 (R$35.725 no exercício findo em 31 de dezembro 2015). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*. **27.2 Riscos de crédito:** O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, sendo o último composto por valores a vencer de operadoras de cartões de crédito, agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, o que deixa a Companhia exposta a uma pequena parcela do risco de crédito de pessoas físicas e demais entidades. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com rating mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (BM&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente. **27.3 Riscos de liquidez:** A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Politica de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

O cronograma de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	499.542	335.748	2.654.007	2.889.923	**6.379.220**
Fornecedores	1.088.859	-	9.138	-	**1.097.997**
Obrigações com operações de derivativos	89.211	-	-	-	**89.211**
Em 31 de dezembro de 2016	1.677.612	335.748	2.663.145	2.889.923	**7.566.428**
	Menos de 6 meses	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	336.664	1.059.959	3.110.282	4.798.021	9.304.926
Fornecedores	797.124	103.558	-	-	900.682
Obrigações com operações de derivativos	141.443	-	-	-	141.443
Em 31 de dezembro de 2015	1.275.231	1.163.517	3.110.282	4.798.021	10.347.051

27.4 Gerenciamento de capital: A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Total dos empréstimos e financiamentos	**6.379.220**	9.304.926
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(562.207)**	(1.072.332)
(-) Aplicações financeiras	**(431.233)**	(491.720)
(-) Caixa restrito	**(168.769)**	(735.404)
A - Dívida líquida	**5.217.011**	7.005.470
B - Total do patrimônio líquido	**(3.356.751)**	(4.322.440)
C = (B + A) - Capital total	**1.860.260**	2.683.030

27.5 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto). As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas. Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2016 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos). **Controladora: a) Fator de risco câmbio:** Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora possuía uma exposição cambial passiva líquida no valor de R$3.212.672. Nesta mesma data, a Companhia adotou tal valor e a taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central de R$3,2591/US$ como cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa de câmbio	Passivo, líquido
Em 31 de dezembro de 2016	**3,2591**	**(3.212.672)**
Desvalorização do dólar (-50%)	1,6296	(1.606.336)
Desvalorização do dólar (-25%)	2,4443	(2.409.503)
Valorização do dólar (+25%)	4,0739	(4.015.893)
Valorização do dólar (+50%)	4,8887	(4.819.007)

Consolidado: **a) Fator de risco combustível:** Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (*Jet Fuel*) negociados em bolsas de mercadorias, a Companhia e suas controladas contratam derivativos de petróleo cru (WTI, Brent) e seus derivados (*Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços destes produtos têm alta correlação com os preços do combustível de aviação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de opções de Brent. O valor justo dos contratos em 31 de dezembro de 2016 era de R$3.817, e as informações acerca da exposição protegida está a seguir:

	1T17	2T17	3T17	4T17	Total 12M
Percentual da exposição de combustível protegido	55%	0%	0%	0%	4%
Volume (Mil barris)	391	-	-	-	391
Taxa contratada a futuro por barril (US$) (*)	53	-	-	-	53
Total em milhares de Reais (**)	**67.538**	**-**	**-**	**-**	**67.538**

(*) Média ponderada dos strikes de calls. (**) Taxa de câmbio: R$3,2591/US$1,00. **b) Fator de risco câmbio:** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha contratos de derivativo de dólar no valor nocional de US$68.250.000 com vencimentos até junho de 2017, e uma exposição cambial passiva líquida de R$4.815.937. Nesta mesma data, a Companhia adotou tal valor e a taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central de R$3,2591/US$ como cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa de câmbio	Passivo, líquido	Derivativo, líquido	Total exposto
Em 31 de dezembro de 2016	**3,2591**	**(4.815.937)**	**(85.394)**	**(4.901.331)**
Desvalorização do dólar (-50%)	1,6296	(2.407.968)	(42.697)	**(2.450.665)**
Desvalorização do dólar (-25%)	2,4443	(3.611.953)	(64.046)	**(3.675.999)**
Valorização do dólar (+25%)	4,0739	(6.019.921)	(106.743)	**(6.126.664)**
Valorização do dólar (+50%)	4,8887	(7.223.905)	(128.091)	**(7.351.996)**

c) Fator de risco juros: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros *Libor*. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2016 (vide nota explicativa nº 16) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco	Taxas referenciais	Valores expostos (cenário provável)	Cenário adverso possível 25%	Cenário adverso remoto 50%
Dívidas financeiras líquidas de aplicações financeiras (*)	Aumento da taxa CDI	13,63%	(180.034)	(100.924)	(121.109)
Derivativo	Queda da taxa Libor	2,12%	(89.211)	(27.013)	(56.469)

(*) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI, valor negativo significa captação maior do que aplicação. (**) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2016. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: • Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016		2015	
	Valor contábil	**Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)**	**Valor contábil**	**Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)**
Caixa e equivalentes de caixa	308.548	308.548	737.343	737.343
Aplicações financeiras	121.491	121.491	227.628	227.628
Caixa restrito	168.769	168.769	735.404	735.404
Direitos com operações de derivativos	3.817	3.817	1.766	1.766
Obrigações com operações de derivativos	(89.211)	(89.211)	(141.443)	(141.443)

28. Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R$97.423 (R$259.673 em 31 de dezembro de 2015), referente ao incremento de provisão para devolução de aeronaves. Adicionalmente, a Companhia realizou a renegociação de contratos de arrendamento financeiro no montante de R$549.144, com contrapartida no ativo imobilizado na rubrica de imobilizado sob arrendamento financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Smiles adquiriu o direito de uso de licenças adicionais de software utilizado na operação no valor de R$25.660 em contrapartida na rubrica de "fornecedores".

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em Dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade aeronáutica	Em Reais	Em dólares
Garantia - casco/guerra	**12.319.398**	3.780.000
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (*)	**2.444.325**	750.000
Estoques (local) (*)	**684.411**	210.000

(*) Valores por ocorrência e no agregado anual. Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US$1.000.000.000 a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a GLA possa vir a ser exigida.

30. Eventos subsequentes

a) Em 30 de janeiro de 2017, foi aprovado o quarto desembolso da tranche B do contrato celebrado em 26 de fevereiro de 2016 de compra antecipada de passagens aéreas e do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos sobre contas e outras avenças, firmado entre as controladas GLA e Smiles. O valor pago em 03 de fevereiro de 2017 foi de R$120.000. b) Em 13 de janeiro de 2017, a controlada Smiles celebrou um aditivo ao Contrato de Parceria Smiles junto a uma instituição financeira no montante de R$143.000 para aquisição antecipada de milhas para utilização até o final de 2018. c) Em 31 de janeiro de 2017, a controlada GLA celebrou um *Loan Agreement* com a Delta Air Lines Inc., ("Delta"), no valor de US$50.000, com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2020, com obrigação de reembolso a ser realizado pela Companhia, GLA e Gol LuxCo, nos termos do contrato de reembolso celebrado em 19 de agosto de 2015, com garantia fidejussória pela Companhia à controlada GAC.

DIRETORIA

Paulo Sérgio Kakinoff
Diretor Presidente - CEO

Richard Freeman Lark Jr.
Diretor Vice-Presidente Financeiro

Valdenise dos Santos Menezes
Controller

Monica Gomide Mendes - Contadora - CRC 1SP251629/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constantino de Oliveira Junior
Presidente do Conselho de Administração
Henrique Constantino
Vice-presidente do Conselho
Joaquim Constantino Neto
Conselheiro
Ricardo Constantino
Conselheiro
Richard Freeman Lark Jr.
Conselheiro Independente
Edward Herman Bastian
Conselheiro
Luiz Kaufmann
Conselheiro Independente
Antonio Kandir
Conselheiro Independente

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Kandir
Membro do Comitê de Auditoria
Luiz Kaufmann
Membro do Comitê de Auditoria
Richard Freeman Lark Jr.
Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

Informações Gerais e Atribuições

O CAE é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"). É composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, os quais são eleitos pelos Conselheiros anualmente, sendo um deles qualificado como Especialista Financeiro. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Também supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM), além de desempenhar a função de *Audit Committee*, atendendo ao disposto na Sarbanes Oxley Act, a qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *Securities and Exchange Commission* - SEC. As transações com as partes relacionadas e o funcionamento do canal reclamações e denúncias instalado também são supervisionados pelo CAE.

Atividades do CAE no exercício de 2016: Para as discussões pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o CAE reuniu-se sete vezes e, no âmbito de seu escopo, realizou as seguintes atividades:

1. O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE;
2. Avaliou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2016;
3. Supervisionou as atividades e o desempenho da auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela auditoria interna sobre melhorias no ambiente de controles internos são discutidos com os gestores / diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias continuas. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: a integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias;
4. Supervisionou em conjunto com a administração e a auditoria interna os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas;
5. Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young, tendo sido tratados, dentre outros, os seguintes temas: o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores internos e externos, escopo dos trabalhos dos auditores, bem como as conclusões apresentadas por meio da execução do plano de trabalho dos Auditores Independentes; e
6. Elaborou o relatório de atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2016, seguindo as boas práticas de governança corporativa bem como a regulamentação aplicável.

Sistemas de Controles Internos

Com base na agenda definida para o exercício de 2016, o CAE tratou dos principais temas relacionados aos controles internos da Companhia, avaliando as ações de mitigação de riscos e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, supervisionando os resultados já obtidos em 2016.

Tendo em vista que em 2016, a Companhia recebeu solicitações da Receita Federal para prestação de esclarecimentos sobre determinadas despesas realizadas em 2012 e 2013, o CAE instalou um Comitê Especial, com o propósito de iniciar um procedimento de verificação nos controles da Companhia, bem como supervisionar a auditoria independente externa contratada para a plena apuração e total elucidação dos fatos.

Com base nas informações colhidas, o Comitê de Auditoria Estatutário recomendou aprimoramento no sistema de controles internos. Com a implementação destas mudanças, mas reconhecendo que a investigação continua em curso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas aplicáveis.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram os principais riscos externos, internos e de continuidade, fazendo as suas recomendações para aumentar a eficácia dos processos de gestão de risco, diretamente nas reuniões do Conselho de Administração, contribuindo e ratificando as ações implementadas em 2016.

Conclusão

O CAE julgou adequados os fatos que lhe foram submetidos por ocasião dos trabalhos executados e descritos no presente Relatório, recomendando, em seu parecer, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia, relativas a 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

André Béla Jánszky
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Antônio Kandir
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Francis James Leahy Meaney
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Paulo Sérgio Kakinoff
Diretor Presidente

Richard Freeman Lark Jr.
Diretor Vice-Presidente Financeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO EMITIDO PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Paulo Sérgio Kakinoff
Diretor Presidente

Richard Freeman Lark Jr.
Diretor Vice-Presidente Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia adotou algumas ações investigativas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre determinadas despesas realizadas a empresas sob investigação de autoridades públicas. As ações para a investigação desses pagamentos ainda se encontram em andamento, e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, cujo acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal em 12 de dezembro de 2016 ainda encontra-se pendente de homologação, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de transporte de passageiros

O reconhecimento da receita de transporte de passageiros é altamente dependente do funcionamento de sistemas de informação e seus controles internos para que a receita de transporte de passageiros seja reconhecida quando o transporte aéreo seja efetivamente prestado. Este processo também leva em consideração outros aspectos complexos e que podem impactar o adequado reconhecimento da receita, como o registro de bilhetes vendidos e não voados, bilhetes não voados e registrados como créditos aos passageiros e passíveis de expiração, além de contratos com outras empresas aéreas, contratos de interline e codeshare com outras empresas aéreas. A divulgação das receitas auferidas pelas Companhia estão divulgadas na nota explicativa n° 22 e seus critérios de reconhecimento estão descritos na nota explicativa nº 2.2 (k).

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita, incluindo os preços dos bilhetes em diferentes moedas, além da aquisição de passagens através de programas de milhas.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em sistemas para nos auxiliar na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de Tecnologia de Informação (TI) e dos de controles internos que abrangem o processo de vendas de bilhetes, registro, execução do transporte de passageiros e reconhecimento de receita; (a execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade da base de dados dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; através de seleção a amostras de bilhetes para cada grupo de receitas e testamos bilhetes transportados e a transportar; outras receitas de passageiros, receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas na notas explicativas nº 2.2 (k) e 22 às demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita de breakage

As receitas da Companhia levam em consideração a estimativa de bilhetes e milhas que não possuem expectativa de utilização ou resgate até a data de sua expiração, e reconhecidas em receita de breakage, com base em cálculo estatístico de bilhetes e milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a expiração ou não utilização das mesmas. As análises e premissas para reconhecimento da receita de breakage é revisada anualmente pela Administração da Companhia para ajustar o comportamento histórico de bilhetes e milhas expirados e que possuem alto potencial de expiração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a subjetividade envolvida nessas análises e o alto grau de julgamento adotado pela Administração na determinação das premissas utilizadas para determinar a expectativa de bilhetes e milhas que irão expirar.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento de receita de breakage; a avaliação das razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de bilhetes e milhas que irão expirar com bases nos dados históricos de bilhetes e milhas expirados; testes de amostras de milhas acumuladas, resgatadas e a expirar; e (análise da razoabilidade das demais premissas e da metodologia adotada pela Administração para determinação da taxa de breakage utilizada para mensuração da receita.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas notas explicativas nº 2.2.(k) e 2.2 (q) às demonstrações financeiras.

Recuperabilidade dos ativos intangíveis - ágio e direito de operações em aeroportos

A Companhia é requerida a efetuar ao menos anualmente um teste de recuperabilidade (impairment) dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágio e direito de operações em aeroportos). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo de ágio de R$ 542.302 mil e direito de operações em aeroportos de R$ 1.038.900 mil.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos e, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseando em diversas premissas tais como: taxas de crescimento da economia (PIB), taxa de câmbio (principalmente o dolar norte-americano), preço do barril de querosene, e taxas de juros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos intangíveis, que estão divulgadas na nota explicativa n° 15.

Realização da reserva e depósitos de manutenção

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuia saldo de reserva e depósitos de manutenção de R$604.744 mil, conforme divulgado na nota explicativa n° 9. A Companhia efetua pagamentos antecipados de manutenção de aeronaves e motores para alguns contratos de arredamento de aeronaves. Os montantes pagos são acumulados pelos arrendadores em contas de reserva e depósitos de manutenção e são realizados, principalmente, pela realização da manutenção de motores e aeronaves. A Companhia analisa anualmente a realização desse ativo, considerando a expectativa de utilização pela realização de manutenções elegíveis a reembolso, realização dos saldos através de manutenções elegíveis realizadas pelos arrendadores e reembolso dos montantes pagos na devolução das aeronaves. Adicionalmente, à medida que a Companhia não tem expectativa de realização de manutenção até a data de devolução e/ou utilizar o ativo para reembolso de manutenção, os pagamentos passam a ser registrados no resultado do exercício como despesas de arrendamento suplementar de aeronaves.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e da complexidade das análises efetuadas pela Companhia para determinar a realização desse ativo. A análise de realização possui certo grau de subjetividade, assim como análises técnicas da engenharia aeronáutica, expectativa de utilização de aeronaves e motores alinhados com o plano de negócios da Companhia para os próximos anos.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análises e testes das premissas utilizadas pela Companhia para avaliação da realização dos ativos, revisão do cronograma de manutenção de aeronaves, segregados por componentes, e análise do cronograma de devolução de aeronaves, de acordo com o plano de negócios da Companhia, incluindo a quantidade de aeronaves e renovação da frota.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira